



Número: **0000063-68.2023.2.00.0511**

Classe: **CORREIÇÃO ORDINÁRIA**

Órgão julgador colegiado: **Corregedoria Regional de Justiça do Trabalho da 11ª Região**

Órgão julgador: **Corregedoria Regional de Justiça do Trabalho da 11ª Região**

Última distribuição : **19/07/2023**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Inspeção / Correição, Inspeção/Correição Presencial, Inspeção/Correição**

Semipresencial, Inspeção/Correição Virtual

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
CORREGEDORIA REGIONAL DO TRT DA 11ª REGIÃO (CORRIGENTE)			
9ª Vara do Trabalho de Manaus/AM (CORRIGIDO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
32454 71	19/08/2023 23:24	Ata de Correição - 9ª VTM	Ata

CORREIÇÃO

9ª Vara do Trabalho de Manaus

ATA DE CORREIÇÃO

7 a 8 de agosto de 2023

Corregedoria Regional do TRT da 11ª Região





SUMÁRIO

ATA DE CORREIÇÃO	5
1 – INFORMAÇÕES PRELIMINARES	5
1.1 Corregedora Regional	5
1.2 Equipe de Correição	5
1.3 Correições	5
2 - ESTRUTURA FUNCIONAL	5
2.1 Lotação de Pessoal	5
2.1.1 Juíza Titular	5
2.1.1.1 Residência	6
2.1.1.2 Agenda dos Magistrados	6
2.1.1.3 Exercício de Docência	6
2.1.1.4 Afastamentos (período correicionado)	6
2.1.1.5 Afastamentos Programados	6
2.1.1.6 Participação em Cursos e Palestras	7
2.1.1.7 Produtividade	8
2.1.2 Juiz Substituto	8
2.1.2.1 Residência	8
2.1.2.2 Agenda dos Magistrados	8
2.1.2.3 Exercício de Docência	8
2.1.2.4 Afastamentos (período correicionado)	9
2.1.2.5 Afastamentos Programados	9
2.1.2.6 Participação em Cursos e Palestras	9
2.1.2.7 Produtividade	10
2.1.3 Juiz Substituto Volante Auxiliar	10
2.1.3.1 Residência	10
2.1.3.2 Agenda dos Magistrados	10
2.1.3.3 Exercício de Docência	10
2.1.3.4 Afastamentos (período correicionado)	11
2.1.3.5 Afastamentos Programados	11
2.1.3.6 Participação em Cursos e Palestras	11
2.1.3.7 Produtividade	12
2.1.4 Juízes Substitutos que Atuaram na Vara no Período Correicionado	12
2.1.5 Servidores	12
2.1.5.1 Lotação Paradigma	12
2.1.5.2 Quadro de Servidores: 11 servidores:	13
2.1.5.3 Cursos realizados pelos servidores	14
2.1.5.4 Afastamentos	17
2.1.4.5 Produtividade dos Servidores em Regime Presencial e Teletrabalho	18
2.1.5.6 Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO	18





3 – POSIÇÃO DA VARA NO IGEST	18
3.1 Posição Atual	18
3.2 Posição Anterior	18
3.3 Taxas de Congestionamento*	19
4 – METAS CNJ	19
5 – ACERVO PROCESSUAL	20
5.1 Acerto Total da Vara nas Fases de Conhecimento, Liquidação e Execução	20
5.2 Fase de Conhecimento	20
5.2.1 Processos Recebidos	20
5.2.2 Processos Recebidos por Distribuição Mensal em 2023	21
5.2.3 Processos Solucionados	21
5.2.4 Processos Pendentes de Solução	21
5.2.5 Conciliações	22
5.2.6 Índice de Conciliação versus Solucionados	22
5.2.7 Prazos Médios em Dias	22
5.2.8 Incidentes Processuais de 1º-2-2022 a 30-6-2023	23
5.2.9 Processos Finalizados na Fase de Conhecimento	23
6 – FASE DE LIQUIDAÇÃO	23
6.1 Liquidação Iniciada	23
6.2 Liquidação Finalizada	23
6.3 Pendentes de Liquidação	24
6.4 Arquivado definitivamente	24
6.5 Pendentes de Finalização	24
6.6 Arquivo Provisório	24
6.7 Prazo Médio da Fase de Liquidação em Dias	24
6.8 Taxa de Congestionamento Bruta em Liquidação	24
7 - FASE DE EXECUÇÃO	25
7.1 Movimentação Processual em Execução	25
7.1.1 Execução Iniciada	25
7.1.2 Execução Encerrada e Arquivada Provisoriamente	25
7.1.3 Execução Finalizada	25
7.1.4 Pendentes de Finalização	25
7.1.5 Pendentes em Arquivo Provisório	25
7.1.6 Baixados na Fase de Execução	25
7.1.7 Pendentes de Baixa	25
7.1.8 Expedição de Alvarás	26
8 - PROCESSOS ENVIADOS AO CEJUSC (conhecimento, liquidação e execução)	26
9 - VALORES PAGOS E ARRECADADOS EM CONCILIAÇÃO	27
10 - CARTAS PRECATÓRIAS E DE ORDEM	27
10.1 Cartas Precatórias	27
10.2 Carta de Ordem	27





11 - MANDADOS JUDICIAIS	27
12 - QUADRO DE AUDIÊNCIAS	28
13 - RECURSOS PENDENTES DE REMESSA PARA O TRT	29
13.1 Análise dos Pressupostos de Admissibilidade Recursal	29
14 - RECLAMAÇÃO CORREICIONAL, PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E MANIFESTAÇÕES NA OUVIDORIA	29
15 - BOAS PRÁTICAS DA UNIDADE	30
16 - REQUISICÃO DE PEQUENO VALOR E PRECATÓRIOS	30
16.1 Saneamento	34
17 - EXAME DE PROCESSOS NO SISTEMA PJE	35
17.1 Determinações Específicas por Processos Analisados	35
17.2 Achados da Correição	37
17.2.1 Cadastro de Partes	37
17.2.2 Petições não apreciadas	37
17.2.3 Processo sem movimentação	37
17.2.4 Processos conclusos para despacho/decisão:	37
17.2.5 Fluxo de Sobrestamento por Execução Frustrada no Sistema PJE	38
17.2.6 Represamento no cumprimento das determinações nas fases de liquidação e execução	38
17.2.7 Intimação do Ministério Público em Ações Coletivas	38
17.2.8 Processos Arquivados com Saldo em Conta Judicial após 14-2-2019	38
17.2.9 Uso da Ferramenta Wiki-VT	39
17.2.10 Processos Físicos	39
18 - PÓS-CORREIÇÃO E ANÁLISE COMPARATIVA	39
19 - DETERMINAÇÕES	47
20 - RECOMENDAÇÕES	48
21 - RECOMENDAÇÕES GERAIS	48
22 - DETERMINAÇÕES PÓS-CORREICIONAIS AO JUÍZO	50
23 - REIVINDICAÇÕES DO JUÍZO	50
24 - DETERMINAÇÕES À SECRETARIA DA CORREGEDORIA	51
25 - AGRADECIMENTOS	51
26 - ENCERRAMENTO	51
ANEXOS	53
1 - PROCESSOS ANALISADOS	53



**CORREIÇÃO ORDINÁRIA - 2023**
9ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS**ATA DE CORREIÇÃO**

Aos 8 dias do mês de agosto de 2023, às 11h, a Excelentíssima Desembargadora do Trabalho Joicilene Jerônimo Portela, Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, acompanhada do Diretor da Coordenadoria Jurídica da Corregedoria Regional, Márcio Cândido Pereira Júnior e do Assistente V da Corregedoria, Paulo Eupréprio Batista de Sousa, deu início à leitura da Ata da Correição Ordinária na 9ª Vara do Trabalho de Manaus, realizada em conformidade com o inciso II do art. 34 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região.

Com fundamento nas observações registradas durante a semana correicional, nas informações prestadas pela Vara do Trabalho e nos dados colhidos pela Secretaria da Corregedoria, com o auxílio dos setores competentes, a Desembargadora Corregedora registra:

1 – INFORMAÇÕES PRELIMINARES**1.1 Corregedora Regional**

Excelentíssima Desembargadora Joicilene Jerônimo Portela, mandato 2022/2024.

1.2 Equipe de Correição

Servidores	Cargos / Funções
Ricardo Marques de Lima	Diretor da Secretaria da Corregedoria
Paulo Eupréprio Batista de Sousa	Assistente de Gabinete V
Ingrid Michele Souza Borges	Assistente de Gabinete V
Mariana Queiroga do Amaral	Assistente de Gabinete V
Márcio Cândido Pereira Júnior	Diretor da Coordenadoria Jurídica da Corregedoria
Ricardo Teixeira Laray	Assistente de Gabinete III

1.3 Correições

Correição anterior	17 e 18-2-2022
Correição atual	7 e 8-8-2023
Intervalo entre as Correições	1 ano e 6 meses
Processo no PJE-COR	0000063-68.2023.2.00.0511

2 - ESTRUTURA FUNCIONAL**2.1 Lotação de Pessoal****2.1.1 Juíza Titular**



Nome	Titular desde
Carolina de Souza Lacerda Aires França	18-11-2020

(fonte: Srh)

Por meio da Portaria nº 746/2022/SGP, a Juíza do Trabalho Carolina de Souza Lacerda Aires França foi convocada para atuar como Juíza Auxiliar da Presidência durante o biênio 2022/2024, que resultou na determinação de afastamento das atividades jurisdicionais a partir de 16-12-2022 até 14-12-2024.

2.1.1.1 Residência

Local	
Manaus/AM	A juíza titular reside na sede em que se encontra instalada a vara do trabalho (art. 17 da CPCR).

2.1.1.2 Agenda dos Magistrados

Dias da Semana		
-	Segunda a sexta-feira	-

(fonte: Portal da Transparência do TRT 11)

A partir da decisão do CNJ proferida nos autos do PCA-0002260-11.2022.2.0000, a Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho tem demandado às Corregedorias e Presidência dos Regionais, sob pena de responsabilidade, controle mais efetivo da presença física dos magistrados à unidade jurisdicional, o que conduziu à publicação do Ato Conjunto nº 3/2023/SGP/SCR e a formação da Agenda dos Magistrados, atualmente publicada no Portal do TRT11, aba Transparência, replicada no portal da Corregedoria Regional.

Importante ressaltar que, a fim de deixar claro o cumprimento efetivo da Agenda dos Magistrados, os juízes devem registrar nas atas de audiências, quando for o caso, que estas são realizadas com a presença física da(o) magistrada(o) na unidade jurisdicional.

2.1.1.3 Exercício de Docência

Instituição	Início	Término	Horário
Não exerce a docência	-	-	-

(fonte: Formulário de Informações Preliminares da Vara)

2.1.1.4 Afastamentos (período correicionado)

Motivo	Período
-	-

(fonte: Srh e Formulário de Informações Preliminares da Vara)

2.1.1.5 Afastamentos Programados

Motivo	Período
Designada para atuar como Juíza Auxiliar	16-12-2022 a 14-12-2024





da Presidência	
Folga compensatória por plantão judiciário	29-6-2023 3-7-2023
Viagem a serviço	17-10-2022 a 18-10-2022 28-11-2022 a 1-12-2022 29-5-2023 a 31-5-2023
Férias	9-5-2022 a 28-5-2022 11-7-2022 a 17-7-2022 19-9-2022 a 1-10-2022 23-10-2022 9-1-2023 a 27-1-2023 19-5-2023

(fonte: SRH)

2.1.1.6 Participação em cursos, eventos e palestras

Atividade	Período	Carga Horária
1º Seminário Regional Sobre Trabalho Indígena no Amazonas e Roraima	24-6-2022	4h
69º Assembleia Extraordinária Conematra	20-6 a 21-6-2022	8h
Abertura Ano Letivo da EJUD11	17-2-2023	3h
Abertura do Ano Judiciário - Palestra Discriminação: Análise da Jurisprudência do TST Relacionada	10-2-2023	3h
CFC Sobre a Efetividade da Execução Trabalhista e a Desconsideração da Personalidade Jurídica	7-2 a 23-3-2023	30h
Curso Como Lidar com Usuário de Cão-Guia e Cão de Assistência	26-7 a 10-8-2022	1h
Encerramento do ano Letivo - Palestra a Arte de Ser Leve	12-12-2022	4h
I Seminário de Mediação e Conciliação do TRT da 11ª Região - Realidade Interseccional de Escravizados, Traficados e Migrantes e a Efetividade da Justiça	12-5-2023	3h
II Encontro das Escolas Judiciais da Amazônia Legal (Boa Vista)	1-9-2022	4h
Justiça 4.0 e Ferramentas Eletrônicas de Pesquisa Patrimonial	17-8 a 19-8-2022	15h
Palestra Direitos Fundamentais Combate à Homofobia e à Transfobia	28-5 a 28-6-2022	2h
Palestra: Sociedade 5.0 e o Novo Balizamento Normativo das Relações de Trabalho no Plano das Empresas	28-5-2023	2h
VI Seminário Roraimense de Direito e Processo do Trabalho em Boa Vista/RR	2-9-2022	5h
Visita Pedagógica à Agropecuária Jayoro LTDA	23-6-2022	4h





XVI Semana Institucional dos Magistrados - Jomatra	4-4 a 8-4-2022	25h
XVII Jornada Institucional dos Magistrados - Jomatra	17-10 a 21-10-2022	26h
XVIII Jornada Institucional dos Magistrados - Jomatra	24-4 a 28-4-2023	27h
Seminário Internacional Direitos Humanos Sociais e Relações de Trabalho	29-11	7h
CFC - Administração de Vara do Trabalho	16-5 a 29-6	30h

(fonte: Formulário de Informações Preliminares da Vara e Sistema Hórus)

2.1.1.7 Produtividade

Magistrado	Conhecimento	Liquidação	Execução
	Solucionados	Encerrados	Extintas
	221	353	317
Total	891		
Período de referência	1º-2-2022 a 30-6-2023		

(fonte: Egestão)

2.1.2 Juiz Substituto

Nome	Lotação desde
Igo Zany Nunes Corrêa	6-1-2022

(fonte: Srh)

O Pleno do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por meio da Resolução Administrativa nº 115/2023, autorizou o trabalho remoto, em caráter excepcional, ao Juiz do Trabalho Substituto Igo Zany Nunes Corrêa, para participar, concomitantemente, de Curso de qualificação a nível de Pós-Graduação Stricto Sensu - Doutorado em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, com vindas periódicas a Manaus e realização de audiências telepresenciais e híbridas, no período de 11-4 a 14-07-2023 e de 21-8 a 8-12-2023, sem prejuízo à jurisdição e às atividades administrativas (comissões, EJUD11, etc) exercidas pelo magistrado, com escala excepcional de presenças durante o período.

2.1.2.1 Residência

Local	
Manaus/AM	O juiz substituto reside na sede em que se encontra instalada a vara do trabalho (art. 17 da CPCR).

2.1.2.2 Agenda dos Magistrados

Dias da Semana		
-	Em teletrabalho (MG) - RA-115/2023	-

(fonte: Portal da Transparência do TRT 11)





2.1.2.3 Exercício de Docência

Instituição	Início	Término	Horário
-	-	-	-

(fonte: Formulário de Informações Preliminares da Vara)

Esclarecimentos da Vara: O magistrado Igo Zany Nunes Corrêa encontra-se licenciado como Professor Auxiliar de Graduação na Faculdade Estácio desde março de 2022, bem como continua atuando como instrutor da Ejud 11 e professor de cursinho preparatório o Exame da Ordem aos sábados de 9h às 12h (esporadicamente). Ele também está em período de qualificação de Doutorado em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, com início de estágio docente não remunerado previsto para iniciar nos dias de quarta-feira, no horário de 14h55 às 16h35, a partir do segundo semestre de 2023 (agosto/2023), na forma híbrida (presencial e virtual).

2.1.2.4 Afastamentos (período correicionado)

Motivo	Período
Viagem a serviço	1-3-2023 a 4-3-2023
	28-5-2023 a 1-6-2023
	30-7-2023 a 3-8-2023

(fonte: Srh)*Os afastamentos indicados neste item não incluem férias

2.1.2.5 Afastamentos Programados

Motivo	Período
Férias	4-3-2022 a 6-3-2022
	23-5-2022 a 8-6-2022
	26-9-2022 a 15-10-2022
	20-3-2023 a 8-4-2023
	2-5-2023 a 7-5-2023

(fonte: SRH)

2.1.2.6 Participação em cursos, eventos e palestras

Atividade	Período	Carga Horária
1º Curso de formação de conciliadores e mediadores do TRT da 11ª Região - Módulo Prático	12-7-2022 a 20-9-2022	60h
Abertura do ano letivo da EJUD11	17-2-2023	3h
CFC sobre PJe, justiça 4.0 e ferramentas eletrônicas de pesquisa patrimonial	9-8-2022 a 10-8-2022	10h
Fórum estadual de prevenção e erradicação do trabalho infantil - MPT	16-6-2023	2h
I Jornada de atualização em precatórios atualização normativa - Módulo I	23-6-2023	4h
I Seminário de perícia médica no serviço público	2-6-2023	3h
Palestra acessibilidade e suas diversas esferas	19-5-2023	2h
Palestra direitos fundamentais combate à homofobia e à transfobia	28-5-2022	2h





Palestra: Sociedade 5.0 e o novo balizamento normativo das relações de trabalho no plano das empresas	28-5-2023	2h
Seminário combate ao assédio moral, sexual e da discriminação no ambiente de trabalho	22-5-2023	2h
Seminário internacional Direitos Constitucionais e relações de trabalho: caminhos das cortes superiores para a efetividade da justiça social	2-3-2023 a 3-3-2023	16h
Seminário internacional Direitos Humanos sociais e relações de trabalho	29-11-2022	7h
XVI Semana Institucional dos Magistrados - JOMATRA	4-4-2022 a 8-4-2022	25h
XVII Jornada Institucional dos Magistrados - JOMATRA	17-10-2022 a 21-10-2022	26h
XVIII Jornada Institucional dos Magistrados - JOMATRA	24-4-2023 a 28-4-2023	27h
Seminário Trabalho Seguro - Direito Fundamental	14-7	3h
Curso Direitos Humanos: raça, gênero e etnias - TRT11 e Diversidade	24-7	3h

(fonte: Formulário de Informações Preliminares da Vara e Sistema Hórus)

2.1.2.7 Produtividade

Magistrado	Conhecimento	Liquidação	Execução
	Solucionados	Encerrados	Extintas
	340	332	518
Total		1.190	
Período considerado	1º-2-2022 a 30-6-2023		

2.1.2.8 Distribuição de Processos Entre Juízes

A unidade judiciária informou o seguinte: “Em relação às audiências, os juízes têm realizado um revezamento da pauta, ficando apenas um responsável por realizar toda a pauta daquele dia. E o mesmo ocorre quando o outro ‘fica com a pauta do dia’”.

2.1.3 Juiz Substituto Volante Auxiliar

Nome	Designação desde
Marcelo Vieira Camargo	28-3-2022

(fonte: Srh)

A Corregedoria Regional, por meio da Portaria nº 59/2022/SCR, designou o Juiz do Trabalho Substituto Marcelo Vieira Camargo, para auxiliar a 9ª Vara do Trabalho de Manaus, a partir do dia 28.03.2022 até ulterior deliberação.

2.1.3.1 Residência

Local





Manaus/AM	O juiz substituto reside na sede em que se encontra instalada a vara do trabalho (art. 17 da CPR).
-----------	--

2.1.3.2 Agenda dos Magistrados

Dias da Semana		
Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira

(fonte: Portal da Transparência do TRT 11)

2.1.3.3 Exercício de Docência

Instituição	Início	Término	Horário
Não exerce a docência	-	-	-

(fonte: Formulário de Informações Preliminares da Vara)

2.1.3.4 Afastamentos (período correicionado)

Motivo	Período
Folga compensatória	12-5-2023

(fonte: Srh)*Os afastamentos indicados neste item não incluem férias

2.1.3.5 Afastamentos Programados

Motivo	Período
Férias	15-9-2022 a 4-10-2022
	16-11-2022 a 5-12-2022
	15-5-2023 a 3-6-2023

(fonte: SRH)

2.1.3.6 Participação em cursos, eventos e palestras

Atividade	Período	Carga Horária
Abertura do ano letivo da EJUD11	17-2-2023	3h
Ciclo de palestras: “especial mês das mulheres”	24-3-2023	2h
Curso assédio moral, assédio sexual e discriminação pública (resolução CNJ)	15-3-2022 a 29-9-2022	40h
Curso como lidar com usuário de cão-guia e cão de assistência	26-7-2022 a 10-8-2022	1h
I Ciclo de palestras da EJUD11, com a palestra “Eu protagonista”	11-3-2023	2h
I Jornada de atualização em precatórios atualização normativa - Módulo I	23-6-2023	4h
Módulo complementar à 26ª, e 27ª edições do Curso Nacional de Formação Inicial	23-6-2022 a 24-6-2022	7h
Palestra direitos fundamentais combate à homofobia e à transfobia	28-5-2022 a 28-6-2022	2h



Palestra falência e recuperação judicial uma abordagem prática	19-4-2023	2h
Palestra sobre assédio moral no ambiente de trabalho	30-5-2022	2h
Seminário de pesquisas empíricas - como fazer entrevistas em pesquisa empírica em Direito	22-6-2023	2h
Seminários de pesquisas empíricas - Introdução à pesquisa	23-3-2023	2h
Seminários de pesquisas empíricas aplicadas a políticas judiciárias - pesquisas empíricas na gestão e estrutura judiciária	7-4-2022	2h
Seminários de pesquisas empíricas aplicadas a políticas judiciárias - os juizados especiais e a promoção de Direitos Sociais	5-5-2022	2h
Seminários de pesquisas empíricas aplicadas às políticas judiciárias “penas alternativas no Poder Judiciário”	30-6-2022	2h
Universidade Corporativa - Curso de assédio moral, assédio sexual e discriminação pública (resolução CNJ)	15-8-2022 a 15-9-2022	40h
XVI Semana Institucional dos Magistrados - JOMATRA	4-4-2022 a 8-4-2022	25h
XVII Jornada Institucional dos Magistrados - JOMATRA	17-10-2022 a 21-10-2022	26h
XVIII Jornada Institucional dos Magistrados - JOMATRA	24-4-2023 a 28-4-2023	27h
CFC Provas Digitais, mineração de dados e garantias processuais	24-1 a 11-4	22h
Programa Atualização Normativa: Entre o deslumbramento e a inovação: o espaço das provas digitais no ambiente da LGPD	6-4	2h30
Seminário Trabalho Seguro - Direito Fundamental	14-7	3h
Curso Direitos Humanos: raça, gênero e etnias - TRT11 e diversidade	24-7	3h

(fonte: Formulário de Informações Preliminares da Vara e Sistema Hórus)

2.1.3.7 Produtividade

Magistrado	Conhecimento	Liquidação	Execução
	Solucionados	Encerrados	Extintas
	1.445	184	118
Total		1.747	
Período considerado	1º-2-2022 a 30-6-2023		

2.1.4 Juizes Substitutos que Atuaram na Vara no Período Correicionado

Magistrado	Período
Pallyni Felicio Rezende	4 a 18-3-2023
André Fernando dos Anjos Cruz	23 e 24-6-2022





Cristóvão José Martins Amaral	1 a 3-9-2022 29-11-2022 a 1-12-2022
Carlos Eduardo Mancuso	26-9 a 1-10-2022
Monique Dominicheli do Nascimento Basso	12-5-2023 15-5-2023 a 21-5-2023 28-5-2023 a 1-6-2023

(fonte: Formulário de Informações Preliminares da Vara)

2.1.5 Servidores

2.1.5.1 Lotação Paradigma

Lotação	Número de Servidores
9ª VTM	12

(fonte: Portal da Transparência do TRT 11)

A lotação paradigma é calculada exclusivamente para unidades judiciárias, conforme artigo 3º da Resolução 243 – CNJ/2016, anexo III, excluindo-se os gabinetes em atividade administrativa, ou seja, da Presidência e da Corregedoria.

Esse artigo estabelece que o número de servidores lotados em cada grau de jurisdição deve ser proporcional à demanda de processos do último triênio. Além disso, na distribuição dos servidores, deve ser observada a diferença da taxa de congestionamento entre os graus de jurisdição, bem como o Índice de produtividade dos servidores.

2.1.5.2 Quadro de Servidores: 11 servidores:

	Nome	Cargo	Função	Exercício na Lotação	Teletrabalho
1	Lucas de Menezes Vidal	Técnico Judiciário	Diretor de Secretaria	26-11-2020	-
2	Lorena Sousa Cavalcante	Técnico Judiciário	Assistente de Diretor	7-12-2020	Portaria nº 07/2022/9ªVTM, de 26 de setembro de 2022. Na jurisdição: Manaus/AM.
3	Karla Christianne Cardoso Soares	Técnico Judiciário	Assistente IV de Gabinete	5-4-2021	-
4	Laryssa Helene Veloso de Lima Fushiki	Analista Judiciária	Assistente de Juiz Titular	16-12-2020	-
5	André Melo Batista da Rocha	Técnico Judiciário	Assistente de Juiz Substituto	14-1-2022	-
6	Beatriz Andrade de Souza Dantas	Técnico Judiciário	Assistente II de Secretaria	1-12-2020	Portaria nº 3/2023/9ªVTM, de 7 de julho de 2023. Fora da jurisdição: São Paulo/SP.



7	Daniel Guerra Lopes	Técnico Judiciário	Assistente IV de Secretaria	7-11-2022	-
8	Daniel Thiago Motta da Silva	Técnico Judiciário	Assistente II de Secretaria	28-4-2023	-
9	Fernanda da Silva Souza	Técnico Judiciário	Assistente IV de Secretaria	16-3-2018	Portaria nº 11/2022/9ªVTM, de 23 de setembro de 2022. Fora da jurisdição: Glen Carbon/Illinois (EUA).
10	Flávia Pantarotto Alves	Técnico Judiciário	Calculista	13-9-2021	Portaria nº 08/2022/9ªVTM, de 23 de setembro de 2022. Na jurisdição: Manaus/AM.
11	Núbia Maria de Souza Braga	Técnico Judiciário	Assistente IV de Secretaria	1-4-2018	-
-	Valéria Munik Castro da Silva	Estagiária	-	10-7-2023	-

(fonte: SRH, Hórus e Formulário de Informações Preliminares da Vara)

A unidade possui seu quadro de pessoal composto por 11 (onze) servidores lotados, número inferior ao da Lotação Paradigma, que estabelece o quantitativo de 12 (doze) servidores.

Nos termos da Resolução nº 81/2022 do CNJ e da Resolução Administrativa nº 35/2022 do TRT11, o número máximo de servidores em teletrabalho é 30% do seu quadro de lotação.

No caso da 9VTM, há 4 servidores em teletrabalho, portanto, dentro do percentual limite, que, para a 9VTM,, é de 4 servidores, conforme demonstração abaixo:

Teletrabalho = $(11 \times 30) / 100 \Rightarrow 330 / 100 \Rightarrow 3,3 = 4$ servidores (arredondado para o primeiro número inteiro, nos termos do art. 12 da RA-035/2022).

2.1.5.3 Cursos realizados pelos servidores

Servidor (a)	Evento/Curso	Período	Carga Horária
Lucas de Menezes Vidal	Turmas 2022 Jornada de Aperfeiçoamento de Servidores do TRT 11 no PJE e E-Gestão-Interior	30-8 a 16-9-2022	4h
	Abertura do Ano Judiciário do TRT 11º Região	10-2-2023	3h
	Abertura do Ano Letivo da Escola Judicial do TRT da 11ª Região	17-2-2023	3h
	Como Lidar com Usuários de Cão-Guia e Cão de Assistência	26-7 a 10-8-2022	2h
	Curso de Ferramentas Eletrônicas de Execução Trabalhista	29-8 a 2-9-2022	6h





	Encerramento do Ano Letivo 2022 - EJUD11	12-12-2022	4h
	Gestão de Vara no PJE para Diretores e Assistentes - 2022	20-9-2022	3h
	I Jornada de Atualização em Precatórios	23-6 a 30-6-2023	4h
	Inovação no Setor Público + Dinâmica	30-9-2022	6h
	Palestra: Eu Protagonista	11-3-2022	2h
	Programa de 8 Semanas de Mindfulness	28-7 a 15-9-2022	16h
	Sistema E-Gestão para o 1º Grau	29-9-2022	3h
	Treinamento para Uso do Sistema Siscondj	27-5-2022	5h
	UC 2022 - Assédio Moral, Assédio Sexual e Discriminação Pública (Resolução CNJ)	15-3 a 15-11-2022	40h
	UC 2022 - Desenvolvimento de Líderes em Instituições Públicas	15-3 a 15-11-2022	40h
	UC 2023 - Formação de Gestores e Líderes	23-1-2023	40h
	Workshop - Negociação Estratégicas e Inovadoras para se Destacar no Ambiente Organizacional Módulo I e II	10-3 a 11-3-2022	4h
Lorena Sousa Cavalcante	Turmas 2022 Jornada de Aperfeiçoamento de Servidores do TRT 11 no PJE e E-Gestão-Interior	30-8 a 16-9-2022	4h
	Cálculos Trabalhistas - PJE CALC	20-7 a 22-7-2022	9h
	Gestão de Vara no PJE para Diretores e Assistentes - 2022	20-9-2022	3h
	I Jornada de Atualização em Precatórios	23-6 a 30-6-2023	4h
	Sistema E-Gestão para o 1º Grau	29-9-2022	3h
	Treinamento para uso do Sistema Siscondj	27-5-2022	5h
	UC 2022 - Formação de Gestores de Líderes	15-3 a 15-11-2022	40h
	UC 2022 - Inglês Jurídico	15-3 a 31-1-2023	40h
Inglês Jurídico	15-10-2022 a 25-11-2022	40h	
Inglês Jurídico	14-12-2022 a 31-1-2023	40h	
Karla Christianne Cardoso Soares	Abertura do Ano Letivo da Escola Judicial do TRT da 11ª Região	17-2-2023	3h
	Como Lidar com Usuário de Cão-Guia e Cão de Assistência	26-7 a 10-8-2022	2h
	Encerramento do Ano Letivo 2022 - EJUD11	12-12-2022	4h
	I Seminário de Mediação e Conciliação Realidade Interseccional de Escravizados, Traficados e Migrantes	12-5-2023	3h
	Palestras: II Semana Institucional do Servidor TRT 11	21-10-2022	5h
Laryssa Helene Veloso de Lima Fushiki	Como Lidar com Usuários de Cão-Guia e Cão de Assistência	26-7 a 10-8-2022	2h
	Direito Constitucional - I	16-11 a 16-12-2022	120h





	Direito Constitucional - II	16-11-2022	120h
	UC 2022 - Legislação Trabalhista, Atualizações e Medidas de Urgência	15-3 a 15-11-2022	30h
	UC 2023 - Inteligência emocional	23-1-2023 a 23-11-2023	40h
André Melo Batista da Rocha	Turmas 2022 Jornada de Aperfeiçoamento de Servidores do TRT 11 no PJE e E-Gestão-Interior	30-8 a 16-9-2022	4h
	Abertura do Ano Judiciário do TRT 11º Região	10-2-2023	3h
	Abertura do Ano Letivo da Escola Judicial do TRT da 11ª Região	17-2-2023	3h
	Aspectos Práticos da Execução	28-10-2022	5h
	Como lidar com Usuário de Cão-Guia e Cão de Assistência	26-7 a 10-8-2022	2h
	Curso de Ferramentas Eletrônicas de Execução Trabalhista	29-8 a 2-9-2022	6h
	Encerramento do Ano Letivo 2022 - EJUD11	12-12-2022	4h
	Evento Lançamento do Livro a Sociedade 5.0 - Ministro Breno Medeiros	28-6-2023	2h
	Palestras Sobre Vantagens e Desvantagens em Migrar de Sistema Previdenciário e Aderir à FUNPRESP	17-10-2022	2h
	Palestra: II Semana Institucional do Servidor TRT 11	21-10-2022	5h
	Treinamento para Uso do Sistema Siscondj	27-5-2022	5h
	UC 2022 - Legislação Trabalhista, Atualizações e Medidas de Urgência	15-3 a 15-11-2020	30h
	Beatriz Andrade de Souza Dantas	Assistente de Juiz	30-9-2022
Daniel Guerra Lopes	Abertura do Ano Judiciário do TRT 11º Região	10-2-2023	3h
	Abertura do Ano Letivo da Escola Judicial do TRT da 11ª Região	17-2-2023	3h
	Auxiliar Administrativo	7-4 a 24-4-2023	120h
	Evento Lançamento do Livro a Sociedade de 5.0 - Ministros Breno Medeiros	28-6-2023	2h
	Evento: Treinamento Sobre Inovação no Contexto da Justiça Alinhados aos Objetivos do Desenvolvimento	13-3 a 17-3-2023	22h
	I Jornada de Atualização em Precatórios	23-6 e 30-6-2023	7h
	Orçamento Público	3-7 a 13-7-2023	80h
	Relações Interpessoais no Trabalho	30-5 a 13-6-2023	100h
UC 2023 - Bem-Estar Físico, Emocional e Mental no Trabalho	23-1 a 23-11-2023	60h	
Daniel Thiago Motta da Silva	Ambientação de Novos Servidores do TRT 11ª Região	9-5 a 11-5-2023	24h



	Evento Lançamento do Livro a Sociedade 5.0 - Ministro Breno Medeiros	28-6-2023	2h
	I Jornada de Atualização em Precatórios	23-6 e 30-6-2023	7h
	Seminário: Assédio Moral e Discriminação no Ambiente no Ambiente de Trabalho	22-5-2023	2h
Fernanda da Silva Souza	Turmas 2022 Jornada de Aperfeiçoamento de Servidores do TRT 11 no PJE e E-Gestão-Interior	30-8 a 16-9-2022	4h
	Sistema E-Gestão para o 1º Grau	29-9-2022	3h
Flávia Pantarotto Alves	Encerramento do Ano Letivo 2022-EJUD11	12-12-2022	4h
	Palestra: Eu Protagonista	11-3-2022	2h
	UC 2022 - Direito do Trabalho	15-3-2022 a 31-1-2023	80h
	UC 2022 - Inteligência Emocional	15-3-2022 a 31-1-2023	40h
	UC 2022 - Produção de Textos	15-3 a 15-11-2022	40h
Núbia Maria de Souza Braga	Como Lidar com Usuário de Cão-Guia e Cão de Assistência	26-7 a 10-8-2022	2h
	Palestras: II Semana Institucional do Servidor TRT 11	21-10-2022	5h
	Encerramento do Ano Letivo 2022 - EJUD11	12-12-2022	4h
	I Seminário de Mediação e Conciliação Realidade Interseccional de Escravizados, Traficados e Migrantes	12-5-2023	3h

(fonte: Formulário de Informações Preliminares da Vara e Sistema Hórus)

As ações de formação e aperfeiçoamento dos magistrados e servidores, no âmbito deste Regional, obedecem às diretrizes traçadas na Política Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores do Poder Judiciário (Resolução CNJ n.º 192/2014).

Registre-se que a EJUD11, por meio do seu Núcleo de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores - NFAS, desde o dia 21-3-2022, disponibiliza os cursos abaixo no Ambiente Virtual de Aprendizagem de forma gratuita e no formato EAD.

CURSOS INTERNOS DISPONÍVEIS NO AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM EAD - EJUD11

Audiência - com utilização do sistema AUD
Gestão de Vara no PJe para Diretores
PJe - CALC
Sistema e-Gestão
PJe para Oficiais de Justiça
Jornada de Aperfeiçoamento de Servidores do TRT11 no PJe e e-Gestão





Treinamento para uso do Sistema SISCONDJ

2.1.5.4 Afastamentos

Servidor	Motivo	Período	Quant de Dias
Laryssa Helene Veloso de Lima Fushiki	Folga Compensatória - Eleitoral	29-11 a 2-12-2022	4
	Folga Compensatória - Eleitoral	24-11 a 25-11-2022	2
André Melo Batista da Rocha	Licença para Tratamento de Saúde	14-1 a 23-1-2022	10
Beatriz Andrade de Souza Dantas	Prorrogação de Licença Gestante	26-4 a 24-6-2023	60
	Licença Gestante	27-12 a 25-4-2023	120
	Casamento	26-3 a 2-4-2022	8
Daniel Guerra Lopes	Licença para Tratamento de Saúde	2-3 a 3-3-2023	2
	Casamento	12-12 a 19-12-2022	8
Flávia Pantarotto Alves	Folga Compensatória - Eleitoral	4-4 a 25-4-2022	22

(fonte: Formulário de Informações Preliminares da Vara e Srh)

2.1.4.5 Produtividade dos Servidores em Regime Presencial e Teletrabalho

A unidade informou o seguinte: em relação a todos os servidores, independentemente do regime de trabalho (presencial ou em teletrabalho) ou da atividade exercida, é realizado um controle diário pelo Diretor de Secretaria, por meio da verificação das caixas do Pje, que possuem responsáveis pela organização, e das tarefas do Pje em si. Da forma que o trabalho é dividido na 9ª Vara do Trabalho de Manaus, pela simples verificação diária das caixas e tarefas, onde são verificadas as quantidades de processos e, principalmente, o tempo que os processos estão na referida caixa por meio do filtro “Desde”.

Ademais, também é feita a verificação por meio dos chips, em relação às atividades que possuem chip obrigatório ou estabelecido pela Vara, assim como por meio do relatório gerencial “Produtividade – Servidores”.

Em relação aos servidores que trabalham em teletrabalho, há ainda o controle mensal verificado por meio do relatório de atividades que é encaminhado para a Secretaria de Gestão de Pessoas após a conferência do magistrado no exercício da titularidade da Vara.

Especificamente em relação às atividades dos assistentes de juiz, há também o controle feito diretamente pelos magistrados no que se refere à quantidade, prazo e qualidade das minutas elaboradas.

2.1.5.6 Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO

O Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) tem por objetivo manter a máxima atenção à saúde ocupacional dos servidores da Justiça do Trabalho de 1º e 2º Graus, estando entre as responsabilidades institucionais do Tribunal.





De acordo com a Vara, com base nas informações prestadas pela Coordenadoria de Saúde, no dia 14-7-2023, em relação ao PCMSO realizado em novembro e dezembro/2021, participaram os seguintes servidores da unidade, à época: Domingos Sávio Pinheiro Macena, Flávia Pantaroto Alves, Karla Christianne Cardoso Soares, Laryssa Helene Veloso de Lima Fushiki e Lucas de Menezes Vidal.

Em relação aos magistrados, somente a Dra. Carolina de Souza Lacerda Aires França participou do referido PCMSO, sendo que, à época, os magistrados Igo Zany Nunes Corrêa e Marcelo Vieira Camargo não pertenciam ao quadro da 9ª VTM.

3 – POSIÇÃO DA VARA NO IGEST

3.1 Posição Atual

Faixa de Casos Novos Jan/2019 a Dez/2021	Colocação Regional	Nacional - Resultado
1001 a 1500	6ª	50ª
Resultado	0,3427	0,2598

3.2 Posição Anterior

Faixa de Casos Novos	Colocação Regional	Nacional
1001 a 1500	13ª	126ª
Resultado	0,4507	0,2950

A 9ª VTM está entre as unidades judiciárias que receberam até 1500 processos entre os anos de 2019 e 2021. O IGEST é apurado trimestralmente, tendo como base os últimos 12 meses anteriores ao de apuração.

No trimestre anterior, a Vara ocupava o 13º lugar no *ranking* entre as 32 Varas do TRT11 e o 126º no *ranking* nacional, dentre as 1587 Varas. No último trimestre, a Vara passou a ocupar o 6º lugar regional e o 50º lugar nacional.

Portanto, houve um ganho de 7 posições no *ranking* regional e 76 no ranking nacional, o que demanda ELOGIO desta Corregedoria.

Ademais, registre-se que, atualmente, a 9ª Vara do Trabalho é a vara de Manaus mais bem colocada no ranking nacional do IGEST.

3.3 Taxas de Congestionamento*

Congestionamento*	9ª VTM		Região	Nacional
	Dez 2022	Mai 2023		
Bruto	37,74%	35,74%	42,91%	62,62%
Líquido	30,47%	25,36%	34,74%	56,53%
Índice atendimento a demanda	148,58%	142,41%	105,25%	100,01%

* Dados extraídos do painel Estatísticas do Poder Judiciário apurados até o dia 31-5-2023.

Fonte: <https://painel-estatistica.stg.cloud.cnj.jus.br/estatisticas.html>





Taxa de Congestionamento Bruto: percentual de casos que permanecem pendentes de solução ao final do período-base em relação ao total que tramitou em um ano.

TCB = Casos Pendentes/ (Casos Pendentes + Processos Baixados)

Taxa de Congestionamento Líquido: percentual de casos que permanecem pendentes de solução ao final do período-base em relação ao total que tramitou em um ano, excluindo-se os processos pendentes que se encontram suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório.

TCL = Casos Pendentes - Suspensos) / (Casos Pendentes - Suspensos + Processos Baixados)

Índice de Atendimento à Demanda: indicador que verifica se o órgão foi capaz de baixar processos pelo menos em número equivalente ao quantitativo de casos novos.

IAD = Processos Baixados / Casos Novos

A análise dos percentuais de congestionamento bruto e líquido revela que a Vara está com um número de processos represados inferiores aos indicadores regionais e nacionais. Em relação ao ano de 2022, houve uma melhora em ambas as taxas (bruta: 35,74 - 37,74 = -2,00; líquida: 25,36 - 30,47 = -5,11).

Ademais, o índice de atendimento à demanda supera os indicadores médios regional e nacional, entretanto, mesmo havendo uma piora no índice em relação ao ano de 2022 (142,41 - 148,58 = -6,17), a Vara está baixando mais processos do que recebe em percentual que supera os 100% em 42,41 pontos percentuais, com reflexos direto no resultado do atingimento das Metas 1 e 5 do CNJ, além de representar a segunda maior porcentagem de índice de atendimento à demanda do tribunal, até a data de 31-5-2023, o que é merecedor .

4 – METAS CNJ

Meta	Descrição	ANO 2022	ANO 2023
1	Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.	137,85%	136,92%
2	Julgar processos mais antigos - Identificar e julgar, até 31/12/2022, pelo menos, 93% dos processos distribuídos até 31/12/2020.	106,91%	105,88%
3	Estimular a conciliação - Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2019/2020, em 1 ponto percentual.	100%	100%
5	Redução da taxa de congestionamento nas fases de conhecimento e execução – Reduzir em 1 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2020.	197,47%	162,13%

(fonte: Sistema Hórus. Consultado em 21-7-2023)

A Vara já obteve sucesso no alcance de todas as metas do CNJ endereçadas ao 1º grau no ano de 2023, considerando os critérios definidos pelo glossário de metas do ano de 2022, uma vez que até o presente momento não houve publicação dos critérios das metas do ano de 2023.

Todavia, observa-se uma queda significativa nos indicadores da meta 5 em comparação com o ano de 2022 (197,47% e 162,13%, respectivamente). Apesar disso, considerando o significativo





superávit obtido, a Corregedoria registra elogio à unidade pelo atingimento de todas as metas as 4 metas do CNJ até o presente momento.

5 – ACERVO PROCESSUAL

5.1 Acerto Total da Vara nas Fases de Conhecimento, Liquidação e Execução

Ano	Conhecimento	Liquidação	Execução	Cartas Precatórias	Total
2023	1.108	170	1.145	8	2.431
2022	1.377	122	1.220	6	2.725
Diferenças	-269	+48	-75	+2	-294

A Vara conseguiu diminuir seu acervo nas fases de conhecimento e execução; já na fase de liquidação e nas cartas precatórias houve aumento de 48 e 2 processos, respectivamente. No entanto, o acervo total diminuiu em 294 processos, o que é digno de elogio por parte desta corregedoria.

5.2 Fase de Conhecimento

5.2.1 Processos Recebidos

Ano	Recebidos por Distribuição	Recebidos por Redistribuição	Total
2021	811	93	904
2022	1032	136	1.168
2023	566	35	601

5.2.2 Processos Recebidos por Distribuição Mensal em 2023

Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Total
78	83	103	85	117	100	566

A análise mensal da quantidade de processos recebidos aponta para oscilação no número de ajuizamento de ações trabalhistas nos seis primeiros meses, ora com aumento, ora com diminuição.

5.2.3 Processos Solucionados

	2021	2022	2023
Com Mérito	906	1.095	476
Sem Mérito	324	269	148
Total	1.230	1.364	624

Da análise dos dados de forma comparativa, verifica-se que a Vara, no ano de 2023, está solucionando mais processos (624 - item 5.2.3) do que os casos novos recebidos (601 - item 5.2.1). Nos seis primeiros meses, a Vara solucionou 23 processos a mais do que o recebido por distribuição e redistribuição.





5.2.4 Processos Pendentes de Solução

Anos		2021	2022	2023
Aguardando 1ª Sessão de Audiência		213	138	110
Aguardando o Encerramento da Instrução		305	126	118
Instrução Encerrada Aguardando a Prolação de Sentença	No prazo	5	29	28
	Prazo Vencido	0	0	0
Total		523	293	256

Da análise de processos no PJe, apurou-se que a secretaria da vara faz os autos conclusos para julgamento imediatamente após o encerramento da instrução ou no prazo concedido para apresentação das razões finais pelas partes:

- 0000087-29.2022.5.11.0009: prazo para razões finais até 27-7-2023 e conclusos em 5-7-2023;
- 0000461-45.2022.5.11.0009:: prazo para razões finais até 19-7-2023 e conclusos em 18-7-2023;
- 0000471-55.2023.5.11.0009: audiência em 20-6-2023 e conclusos na mesma data;
- 0000507-97.2023.5.11.0009: prazo para razões finais até 28-6-2023 e conclusos em 27-6-2023;
- 0000686-65.2022.5.11.0009: prazo para razões finais até 30-6-2023 e conclusos em 29-6-2023;
- 0000661-52.2022.5.11.0009: prazo para razões finais até 30-6-2023 e conclusos em 29-6-2023;
- 0000583-24.2023.5.11.0009: prazo para razões finais até 24-7-2023 e conclusos em 18-7-2023;
- 0000087-29.2022.5.11.0009: prazo para razões finais até 21-7-2023 e conclusos em 5-7-2023;
- 0000016-90.2023.5.11.0009: prazo para razões finais até 13-7-2023 e conclusos em 10-7-2023;
- 0000491-46.2023.5.11.0009: audiência em 11-7-2023 e conclusos na mesma data;
- 0000490-61.2023.5.11.0009: prazo para razões finais até 24-7-2023 e conclusos em 18-7-2023.

5.2.5 Conciliações

Conciliações	Processos
Total	202

5.2.6 Índice de Conciliação versus Solucionados

2021	2022	2023
326/1.230*100=26,50%	413/1.364*100=30,27%	202/624*100=32,37%





Em 2023, em cada 100 processos solucionados, 32 foram por conciliação.

5.2.7 Prazos Médios em Dias

	2021	2022	2023	Regional	Nacional
Do ajuizamento da ação a 1ª audiência	210,36	72,72	43,95	63,05	144,15
Da 1ª audiência ao encerramento da instrução	177,75	84,42	41,85	59,49	122,26
Da Conclusão a Sentença	5,33	16,03	15,08	10,33	26,73
Do ajuizamento da ação a sentença	327,66	172,91	91,31	108,50	215,60

Os dados planilhados revelam que os prazos médios da Vara estão abaixo das médias regionais, com exceção do prazo “da conclusão até a prolação da sentença”. Além disso, observa-se que todos os prazos estão bem abaixo das médias nacionais.

Nota-se, ainda, diminuição dos prazos comparando com os praticados em 2022.

O destaque vai para o prazo total do ajuizamento à prolação da sentença que é de 91,31 dias para que as partes conheçam a quem pertence o direito em litígio, ou seja, de pouco mais de três meses.

Ademais, conforme dados extraídos do e-gestão, há 16 (dezesesseis) processos cuja primeira audiência ocorreu até outubro de 2022 e que ainda não houve encerramento da instrução até 30-6-2023.

Alguns deles estão sobrestados por determinação de suspensão nacional em procedimentos de unificação de jurisprudência ou julgamento de outra ação, dentre eles os seguintes:

0000133-23.2019.5.11.0009, 0000045-82.2019.5.11.0009, 0001102-72.2018.5.11.0009, 0000545-51.2019.5.11.0009, 0000705-71.2022.5.11.0009, 0000721-25.2022.5.11.0009.

Outrossim, constatou-se, ainda, em algumas ações, que a demora na conclusão para julgamento passa pelo atraso da entrega do laudo pericial e, muitas vezes, inclusive da necessidade de destituição e nomeação de novo perito, a exemplo dos seguintes:

0000125-41.2022.5.11.0009, 0000296-95.2022.5.11.0009, 0000361-90.2022.5.11.0009, 0000548-98.2022.5.11.0009, 0000591-35.2022.5.11.0009, 0000599-12.2022.5.11.0009

Os processos 0000710-98.2019.5.11.0009 e 0000671-33.2021.5.11.0009 permaneceram sobrestados para julgamento de outras demandas e atualmente estão em tramitação regular.

Já os autos 0000087-29.2022.5.11.0009, 0000461-45.2022.5.11.0009 estão aguardando a prolação de sentença.

5.2.8 Incidentes Processuais de 1º-2-2022 a 30-6-2023

	Novos	Julgados/apreciadas	Prejudicados	Pendentes
Embargos de Declaração	359	386	18	11
Tutela Provisória	127	120	0	2





5.2.9 Processos Finalizados na Fase de Conhecimento

Item	2021	2022	2023
Remetidos a outra unidade judiciária	72	33	14
Arquivados definitivos	675	1.019	309
Outras finalizações	331	380	544
Total	1.078	1.432	867

Considerando que a Vara recebeu 601 (item 5.2.1) processos novos e finalizou 867, houve uma diminuição do acervo processual na fase de conhecimento de 266 processos, o que demanda ELOGIO desta Corregedoria.

6 – FASE DE LIQUIDAÇÃO

6.1 Liquidação Iniciada

Item	2021	2022	2023
Casos novos	252	302	331
Recebidos de outros órgãos para liquidação	0	0	0
Desarquivados para prosseguimento da liquidação	33	113	23
Total	285	415	354

O número de processos iniciados na fase de liquidação está crescendo em relação aos anos anteriores. Uma das causas que pode justificar o aumento dos casos novos na fase de liquidação é a mudança de fase dos processos com acordo homologado (inclusive o extrajudicial) para a de liquidação, em razão da nova sistemática apresentada pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho por meio do Ofício-Circular TST.CGJT nº 9/2023 e da Orientação nº 1/2023/SCR.

6.2 Liquidação Finalizada

Item	2021	2022	2023
Liquidação encerrada	315	513	341
Arquivados provisoriamente	27	19	8
Total	342	532	349

Os dados revelam que a Vara está baixando mais processos da fase de conhecimento. Até junho já ingressaram na liquidação 354 processos (item 6.1), enquanto no ano todo de 2021 foram 285 e, em 2022, 415. Assim, deve a Vara envidar esforços para agilizar a fase de liquidação, considerando que iniciou 354 liquidações (item 6.1) e finalizou 349 (item 6.2), ou seja, está liquidando menos processos do que recebe.

6.3 Pendentes de Liquidação

Item	2021	2022	2023
Liquidação de sentença pendente ¹	45	39	66

¹ Processos em liquidação de sentença processada mediante cálculos, artigos ou arbitramento que se encontram pendentes de encerramento.





6.4 Arquivado definitivamente

Item	2021	2022	2023
Arquivados definitivamente	89	188	83
Remetidos a outros órgãos para liquidação (legado)	12	68	31
Outras finalizações	154	164	169
Total	255	420	283

6.5 Pendentes de Finalização

Item	2021	2022	2023
Pendentes de finalização na fase de liquidação	240	122	170

6.6 Arquivo Provisório

Item	2021	2022	2023
Processos no arquivo provisório	116	22	7

6.7 Prazo Médio da Fase de Liquidação em Dias

Item	2021	2022	2023
Prazo Médio - Do início até o encerramento	135,22	237,42	60,36

Observa-se que o prazo médio de Liquidação é de 60,36 dias, portanto, bem inferior aos anos de 2021 e 2022, que registraram prazos médios de 135,22 e 237,42 dias, respectivamente. A Vara diminuiu de 2022 para 2023 em 177,06 dias o prazo médio de finalização dos processos na fase de liquidação, o que merece ELOGIO desta Corregedoria.

6.8 Taxa de Congestionamento Bruta em Liquidação

Taxa de Congestionamento Bruto Pendentes de Liquidação – PL Liquidação Finalizada - LF	$TCB = PL / (PL + LF)$
--	------------------------

$$TCBL = 66 / (66 + 349) * 100 = 15,90\%$$

7 - FASE DE EXECUÇÃO

7.1 Movimentação Processual em Execução

7.1.1 Execução Iniciada

Item	2021	2022	2023
Execução iniciada	338	683	679

7.1.2 Execução Encerrada e Arquivada Provisoriamente

Item	2021	2022	2023
Execuções encerradas	440	646	520





Arquivado provisoriamente	114	154	117
---------------------------	-----	-----	-----

7.1.3 Execução Finalizada

Item	2021	2022	2023
Execução finalizada	392	682	568

7.1.4 Pendentes de Finalização

Item	2021	2022	2023
Saldo de Processos Pendentes de finalização	1.457	1.220	1.145

7.1.5 Pendentes em Arquivo Provisório

Item	2021	2022	2023
Processos em Execução	1.003	909	977
Pendentes em arquivo provisório	301	180	89
Total	1.304	1.089	1.066

7.1.6 Baixados na Fase de Execução

Item	2021	2022	2023
Baixados na Execução	468	798	620

Da análise estatística, é possível concluir que a Vara recebeu 679 (item 7.1.1) novos processos na fase de execução e baixou 620, contribuindo, assim, para aumentar a taxa de congestionamento nesta fase nos seis primeiros meses de 2023.

7.1.7 Prazos Médios na Execução

Item	2021	2022	2023	Regional	Nacional
Do ajuizamento até o encerramento da execução	1.513,64	1.969,03	1.109,62	1.299,22	2.142,26
Do início da execução até sua extinção	676,63	1.255,4	559,08	658,14	1.522,78
Do ajuizamento da ação até o arquivamento definitivo	950,78	1.097,46	950	673,58	1.211,14

7.1.8 Pendentes de Baixa

Item	2021	2022	2023*
Pendentes de baixa	1.241	1.040	968

Apesar de haver 968 processos pendentes de baixa na execução, destaca-se que, segundo informação da Vara, são usadas as ferramentas tecnológicas de pesquisa patrimonial disponibilizadas pelo Tribunal, CSJT e CNJ, tais como JUCEA, REDESIM, SISBAJUD, RENAJUD, CNIB, INFOJUD, SIMBA, SERASAJUD, eRIDFT, CCS, SNIPER e INFOSEG.





Da análise aos processos, apurou-se que a Vara utiliza os sistemas de pesquisa patrimonial, fazendo a inclusão de restrições e consultas aos sistemas SISBAJUD, JUCEA, INFOJUD, eRIDFT, CNIB, RENAJUD, SERASAJUD, CCS, SABB, SNIPER, conforme verificado nos seguintes autos:

0000733-39.2022.5.11.0009, 0000951-67.2022.5.11.0009, 0001378-45.2014.5.11.0009,
0000126-31.2019.5.11.0009, 0001031-80.2012.5.11.0009, 0000919-09.2015.5.11.0009,
0001156-77.2014.5.11.0009, 0000012-97.2016.5.11.0009, 0001449-76.2016.5.11.0009,
0002027-73.2015.5.11.0009, 0000634-16.2015.5.11.0009, 0000121-77.2017.5.11.0009,
0000145-66.2021.5.11.0009, 0000246-74.2019.5.11.0009, 0000332-16.2017.5.11.0009,
0000484-35.2015.5.11.0009, 0001143-39.2018.5.11.0009

7.1.9 Expedição de Alvarás

Acerca da expedição de alvarás, consultando “Comunicações e Expedientes” e “Cumprimento de providências” no sistema PJe na data de 26-7-2023, não foi constatado alvará pendente de elaboração.

Já em relação aos alvarás pendentes de assinatura, por meio de consulta à tarefa “Analisar e Assinar” no sistema PJe na data de 26-7-2023, não foi apurado alvará pendente de assinatura.

8 - PROCESSOS ENVIADOS AO CEJUSC (conhecimento, liquidação e execução)

Item	2021	2022	2023
Processos remetidos ao CEJUSC 1º Grau	200	146	58

Até o final do mês de junho, a Vara não atendeu integralmente ao pedido formulado pela Corregedoria por meio do Ofício-Circular nº 1/2023/SCR, encaminhado em 2-2-2023, no sentido de enviar ao CEJUSC pelo menos 15 processos mensais para fins de conciliação.

Na oportunidade, a Corregedoria Regional orienta a vara sobre a alteração das metas nacionais para pontuação no Prêmio CNJ de qualidade.

Um dos pontos avaliados no eixo produtividade diz respeito aos índices de Conciliação e a de Composição de Conflitos, e o indicador II mede o total de audiências de conciliação de mediação realizadas, em relação ao total de casos novos de conhecimento, que para a Justiça do Trabalho demanda uma realização de 17% de audiências conciliatórias.

Com base na constatação de que a pontuação é atribuída aos Tribunais de acordo com os dados enviados ao Datajud e que apenas as audiências de conciliação são consideradas para essa pontuação, a Corregedoria Regional recomenda para que as unidades judiciárias, tanto na fase de conhecimento quanto na execução, ao realizar suas próprias audiências ou encaminhar processos para audiências no CEJUSC, designem no PJe a audiência como "audiência de conciliação".

A correta inserção dos dados nos sistemas utilizados na Justiça do Trabalho é fundamental para que as informações reflitam de forma precisa o trabalho executado pela vara, bem como para a pontuação do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região no Prêmio CNJ de Qualidade.

Ao seguir essa recomendação, os dados serão registrados de maneira fidedigna e contribuirão para uma análise mais precisa do desempenho do Tribunal no que diz respeito às audiências de conciliação. Isso não apenas demonstrará o compromisso da instituição em proporcionar uma





prestação jurisdicional eficiente e voltada à conciliação, mas também permitirá que o TRT11 seja devidamente reconhecido pelo CNJ através do prêmio de qualidade.

9 - VALORES PAGOS E ARRECADADOS EM CONCILIAÇÃO

Em consulta ao relatório “Controle de Conciliação em Audiência - 1º Grau” (PJe), constatou-se que, no período de 1º-2-2022 a 25-7-2023, a Vara realizou 2.755 audiências na fase de conhecimento e 64 audiências nas fases de liquidação/execução, com 529 conciliações nas fases de conhecimento e 22 nas fases de liquidação/execução, obtendo o valor acordado de R\$ 5.075.865,97 e arrecadando R\$ 809.502,87 de INSS e R\$ 756.800,58 de Imposto de Renda.

10 - CARTAS PRECATÓRIAS E DE ORDEM

10.1 Cartas Precatórias

Item	2021	2022	2023*
Recebidas	24	62	20
Devolvidas	57	65	18
Pendentes de devolução	10	6	8

10.2 Carta de Ordem

Item	2021	2022	2023*
Recebidas	0	1	0
Devolvidas	1	1	0
Pendentes de devolução	0	0	0

Nos três últimos anos, a Vara recebeu 1 carta de ordem.

11 - MANDADOS JUDICIAIS

A Corregedoria, no exame dos itens na tarefa “ESCANINHO - DOCUMENTOS INTERNOS - MANDADOS PENDENTES”, em 26-7-2023 constatou que há 38 processos, estando fora de prazo legal de 9 dias úteis (art. 721, §2º, da CLT) os seguintes: 0000036-91.2017.5.11.0009, 0000658-34.2021.5.11.0009, 0000151-05.2023.5.11.0009, 0000420-44.2023.5.11.0009, 0002330-63.2010.5.11.0009.

Na oportunidade, orienta-se à vara que faça a gestão processual dos expedientes enviados à Seção de Mandados Judiciais a fim de evitar diligências inúteis e atraso processual, tais como o envio de mandados para notificar reclamadas que sabidamente encontram-se em local incerto e não sabido, ou a expedição de mandados cujo prazo de cumprimento não observa a garantia do prazo de 9 dias úteis para que o oficial de justiça cumpra a diligência.

12 - QUADRO DE AUDIÊNCIAS

Mês	Pauta Presencial	Pauta Telepresencial	Média Audiências Dia
Setembro/2022	14	133	7,3
Outubro/2022	9	113	9,3
Novembro/2022	5	170	9,7





Dezembro/2022	11	36	4,2
Janeiro/2023	1	80	11,5
Fevereiro/2023	14	122	8,5
Março/2023	11	190	8,7
Abril/2023	12	106	10,7
Mai/2023	0	166	7,5
Junho/2023	14	129	7,1
Média Geral*	9,1	124,5	8,4

(fonte: PJe)

Verificou-se que a unidade realiza, em média, 8,4 audiências por dia.

Segundo informações prestadas pela unidade, as audiências são realizadas em regra de segunda a quinta-feira, e excepcionalmente às sextas-feiras.

Da análise mensal da pauta de audiências no PJE em relação aos meses de fevereiro a junho de 2023, verificou-se o seguinte acerca dos dias da semana nos quais se realizam audiências:

- Fevereiro de 2023: das três segundas-feiras disponíveis (6, 13 e 27), foram realizadas audiências em todos os dias; das três terças-feiras disponíveis (7, 14 e 28), foram realizadas audiências em todos os dias; das três quartas-feiras disponíveis (1, 8 e 15), foram realizadas audiências em todos os dias; das quatro quintas-feiras disponíveis (2, 9, 16 e 23), foram realizadas audiências nos dias 2, 9 e 16; das três sextas-feiras disponíveis (3, 10 e 24), foi realizada uma audiência no dia 3.
- Março de 2023: foram realizadas audiências de segunda a quinta-feira, em todos os dias disponíveis; das cinco sextas-feiras disponíveis (3, 10, 17, 24 e 31), foram realizadas audiências nos dias 10 e 17.
- Abril de 2023: das três segundas-feiras disponíveis (3, 10 e 17), foram realizadas audiências nos dias 3 e 10; das três terças-feiras disponíveis (4, 11 e 18), foram realizadas audiências em todos os dias; das duas quartas-feiras disponíveis (12 e 19), foram realizadas audiências nos dois dias; das duas quintas-feiras disponíveis (13 e 20), foram realizadas audiências nos dois dias; na única sexta-feira disponível (14), não foram realizadas audiências.
- Maio de 2023: foram realizadas audiências de segunda a quarta-feira, em todos os dias disponíveis; das quatro quintas-feiras disponíveis (4, 11, 18 e 25), foram realizadas audiências nos dias 4, 11 e 18; das quatro sextas-feiras disponíveis (5, 12, 19 e 26), não foram realizadas audiências.
- Junho de 2023: das quatro segundas-feiras disponíveis (5, 12, 19 e 26), foram realizadas audiências nos dias 12, 19 e 26; das quatro terças-feiras disponíveis (6, 13, 20 e 27), foram realizadas audiências em todos os dias; das quatro quartas-feiras disponíveis (7, 14, 21 e 28), foram realizadas audiências em todos os dias; das quatro quintas-feiras disponíveis (1, 15, 22 e 29), foram realizadas audiências nos dias 1, 15 e 22; das quatro sextas-feiras disponíveis (2, 16, 23 e 30), não foram realizadas audiências.

Analisando o agendamento das audiências no sistema PJE, no dia 7-8-2023, verificou-se que as audiências telepresenciais unas por videoconferência dos processos distribuídos até o dia 4-8-2023 estavam sendo designadas para o dia 24-8-2023, conforme verificado nos autos dos processos: 0000760-85.2023.5.11.0009; 0000759-03.2023.5.11.0009; e 0000758-18.2023.5.11.0009.

Já para audiências presenciais, cujos processos tenham sido distribuídos até 2-8-2023, as audiências unas estavam sendo designadas para o dia 25-8-2023, conforme verificado nos autos dos processos





0000734-87.2023.5.11.0009; 0000735-72.2023.5.11.0009; 0000751-26.2023.5.11.0009;
0000750-41.2023.5.11.0009; 0000746-04.2023.5.11.0009.

Por fim, verificou-se que, em que pese a Vara não fazer o registro da presença física do(a) juiz(a) nas atas de audiências, realizadas até o dia 27-7-2023, após esta data, conforme apurado por amostragem, nos autos dos processos 0000671-62.2023.5.11.0009; 0000622-30.2023.5.11.0006; 0000607-52.2023.5.11.0009; 000679-39.2023.5.11.0009; e 0000682-85.2023.5.11.0011; a vara passou a efetuar o registro da presença física do(a) magistrado por ocasião da realização das audiências.

Considerando a necessidade de se estabelecer mecanismos de fiscalização e controle do comparecimento dos magistrados às unidades em que atuam, no mínimo, três dias por semana, nos termos da decisão proferida pelo CNJ nos autos do PCA 0002260-11-2022.2.00.0000; considerando, ainda, o disposto no § 8º do Ato Conjunto nº 3/2023/SGP/SCR, recomenda-se ao juízo que continue registrando ata, quando for o caso, que a audiência foi presidida com a presença física do(a) magistrado(a) na unidade jurisdicional.

13 - RECURSOS PENDENTES DE REMESSA PARA O TRT

Recurso	2023
Recursos Ordinários	43
Agravo de Petição	5
Recursos Adesivos	1
AI Recurso Ordinário	0
AI Agravo de Petição	1

13.1 Análise dos Pressupostos de Admissibilidade Recursal

A equipe de correição constatou que a Vara cumpre a exigência de pronunciamento explícito de admissibilidade dos recursos ordinários e agravos de petição interpostos, realizando análise da adequação do recurso, tempestividade, regularidade de representação e preparo recursal, a exemplo dos processos 0000272-33.2023.5.11.0009, 0000412-04.2022.5.11.0009, 0000156-61.2022.5.11.0009, 0000353-16.2022.5.11.0009, 0000308-80.2020.5.11.0009, 0000185-77.2023.5.11.0009, 0000991-49.2022.5.11.0009, 0001176-11.2022.5.11.0002, 0000959-44.2022.5.11.0009.

14 - RECLAMAÇÃO CORREICIONAL, PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E MANIFESTAÇÕES NA OUVIDORIA

Conforme informações prestadas pela Assessoria da Corregedoria nos autos do PJeCor (ID. 3157202), foram ajuizados 2 (dois) Pedido de Providências e nenhuma Reclamação Correicional contra a 9ª Vara do Trabalho de Manaus durante o ano de 2022 até a presente data, conforme os dados a seguir listados, extraídos do sistema PJeCor:

Nº do Processo	Objeto	Vara/Juiz/Servidor	Autuação	Arq.	Observações
0000124-60.2022.2.00.0511	PP	9VTM	30-11-2022	15-3-2023	PP para ciência do Ofício Circular SECG/CGJT nº 100/2022



0000106-39.2022.2.00.0511	PP	9VTM	27-9-2022	-	Requer liberação de valores em processos arquivados com saldo em conta judicial
0000015-12.2023.2.00.0511	PP	-	4-4-2023	-	Processo em segredo de justiça

No mesmo período, houve o protocolo de 3 reclamações na Ouvidoria (PROAD/OUV/130/2022; PROAD/OUV/606/2022; PROAD/OUV/717/2022), já arquivados.

15 - BOAS PRÁTICAS DA UNIDADE

Item	Descrição
1	Prioridade na tramitação de processos mais antigos e realização de reuniões com advogados e partes
2	Realização de revisões periódicas em todos os agrupadores do PJE; adoção do PRE - Procedimento de reunião de execuções; distribuição de tarefas específicas por servidor para melhoria dos serviços.
3	realização de audiências de conciliação em todas as fases processuais.
4	Movimentações processuais em lote; pesquisas patrimoniais são realizadas em bloco; elaboração de pauta temática, inclusive para viabilidade de acordo.
5	Criação de manuais que ensinam o passo a passo de atividades práticas exercidas na Vara do Trabalho; interação com os demais Diretores de Secretaria para elaboração de solicitações de interesse comum; criação de grupos de WhatsApp com grupos de servidores para realização de orientações e debates acerca de temas específicos e/ou fases do processo; realização de reuniões no estilo "brainstorm".

16 - REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR E PRECATÓRIOS

Mês de referência dos dados do e-Gestão: junho de 2023

RPVs Pendentes de Quitação com prazo vencido da Administração Indireta (atentar para a quantidade de RPV expedida em cada processo)				
Processo	Qtd RPV	Lançado o pagamento no GPPEC? (Sim/Não)	Justifique (para resposta "Não" em qualquer das colunas anteriores)	Ponderações da Corregedoria
0000021-25.2017.5.11.0009	1	Não	Processo aguardando julgamento de Agravo de Petição	-
0000135-56.2020.5.11.0009	3	Sim	-	-
0000264-72.2017.5.11.0007	2	Sim	-	-
0000297-17.2021.5.11.0009	2	Sim	-	-



0000333-93.2020.5.11.0009	2	Sim	-	-
0000395-89.2022.5.11.0001	2	Sim	-	-
0000444-33.2022.5.11.0001	2	Sim	-	-
0000469-46.2022.5.11.0001	2	Sim	-	-
0000533-56.2022.5.11.0001	2	Sim	-	-
0000536-11.2022.5.11.0001	2	Sim	-	-
0000611-50.2022.5.11.0001	2	Sim	-	-
0000705-95.2022.5.11.0001	2	Sim	-	-
0000744-92.2022.5.11.0001	2	Sim	-	-
0000773-80.2020.5.11.0012	3	Sim	-	-
0000860-35.2021.5.11.0001	2	Sim	-	-
0000872-49.2021.5.11.0001	2	Sim	-	-
0001012-64.2018.5.11.0009	1	Não	Processo em fase de pagamento. Foi expedido o alvará e será feito o lançamento assim que for efetivamente pago à parte.	-
0001278-36.2022.5.11.0001	2	Sim	-	-
0001338-09.2022.5.11.0001	2	Sim	-	-
0001670-93.2015.5.11.0009	1	Sim	-	-

(Fonte: e-Gestão)

RPVs Pendentes de Quitação no prazo da Administração Indireta					
Processo	Qtd RPV	Pgto foi realizado pelo ente?	Se houve pgto, foi lançado no GPREC? (Sim/Não)	Justifique (para resposta "Não")	Ponderações da Corregedoria
0000457-81.2017.5.11.0009	1	Não		Aguardando retorno dos autos da SEFAZ para prosseguimento da execução	-
0000470-07.2022.5.11.0009	2	Sim	Não	Processo em fase de pagamento dos credores	-
0000605-24.2019.5.11.0009	3	Sim	Sim	-	-

(Fonte: e-Gestão)

RPVs Pendentes de Quitação com prazo vencido da Administração Direta (atentar para a quantidade de RPV expedida em cada processo)



Processo	Qtd RPV	Lançado pgto no GPREC? (Sim/Não)	Justifique (para resposta "Não")	Ponderações da Corregedoria
0000064-88.2019.5.11.0009	3	Não	Determinado cancelamento e expedição de novas RPVs	-
0000190-12.2017.5.11.0009	2	Sim	-	-
0000252-81.2019.5.11.0009	1	Sim	-	-
0000430-64.2018.5.11.0009	2	Sim	-	-
0000584-53.2016.5.11.0009	1	Não	Processo em fase de pagamento	-
0000873-15.2018.5.11.0009	1	Sim	-	-
0000998-51.2016.5.11.0009	1	Sim	-	-
0001317-48.2018.5.11.0009	2	Sim	-	-
0001624-36.2017.5.11.0009	1	Sim	-	-
0001928-06.2015.5.11.0009	1	Sim	-	-
0001994-15.2017.5.11.0009	2	Não	Aguardando julgamento de Agravo de Petição sobre revisão de RPV	-
0002414-54.2016.5.11.0009	1	Sim	-	-
0002422-31.2016.5.11.0009	2	Sim	-	-

(Fonte: e-Gestão)

RPVs Pendentes de Quitação no prazo da Administração Direta				
Processo	Qtd RPV	Já foi informado o prazo de pagamento da RPV no GPREC?	Justifique (para resposta "Não" na coluna anterior)	Ponderações da Corregedoria
0000235-16.2017.5.11.0009	2	Sim	-	-
0000371-16.2022.5.11.0016	2	Sim	-	-
0001608-76.2017.5.11.0011	2	Sim	-	-

(Fonte: e-Gestão)

RP com situação "Parcialmente Paga"*			
Processo	Erro Corrigido? (Sim/Não)	Justifique (para resposta "Não" na coluna anterior)	Ponderações da Corregedoria
0002414-54.2016.5.11.0009	Sim	-	-





1130100-27.2007.5.11.0009	Não	Registro de pagamento de precatório não é efetuado pela Vara e sim pela SEFAZ. Vara não possui acesso para retificar o registro. A referida Secretaria foi informada acerca do ocorrido, via e-mail.	-
1121200-55.2007.5.11.0009	Não	Registro de pagamento de precatório não é efetuado pela Vara e sim pela SEFAZ. Vara não possui acesso para retificar o registro. A referida Secretaria foi informada acerca do ocorrido, via e-mail.	-
0001654-20.2016.5.11.0005	Não	Registro de pagamento de precatório não é efetuado pela Vara e sim pela SEFAZ. Vara não possui acesso para retificar o registro. A referida Secretaria foi informada acerca do ocorrido, via e-mail.	-

(Fonte: GPrec)

Aba “Em Cadastro” do GPPEC (pré-cadastros de RP's pendentes - mais antigos)*				
Processo	Qtd	Data criação	Informar o motivo do pré-cadastro não ter sido autuado ou excluído. Se foi autuado ou excluído, informe o dia em que foi realizado o procedimento.	Ponderações da Corregedoria
0000326-19.2011.5.11.0009	3	17-7-2023	26-7-2023	-
0000047-57.2016.5.11.0009	2	17-7-2023	26-7-2023	-
0000738-32.2020.5.11.0009	2	17-7-2023	26-7-2023	-
0000714-33.2022.5.11.0009	1	17-4-2023	Processo aguardando prazo para as partes se manifestarem acerca do ofício precatório expedido.	-

(Fonte: GPrec)

Aba “Em Diligência” do GPPEC (precatórios pendentes com diligências - mais antigos)*				
Processo	Data da Solicitação da diligência	Cumprimento das diligências providenciado ? (Sim/Não)	Informe a razão da demora do envio da RP à Seção de Precatórios e a data de cumprimento da diligência (se já foi cumprida)	Ponderações da Corregedoria



0000712-63.2022.5.11.0009	14-3-2023	Sim	Processo concluso para decisão de pedido interlocutório acerca de regularização de pagamento de pensão pelo ente público.	-
---------------------------	-----------	-----	---	---

(Fonte: GPrec)

Abas “Aguardando Pagamento” e “Registrando Pagamento” (Acesso: Requisição de Pagamento → Registro de Pagamento → Registrar)*				
Processo	RP	Já foi registrado o pagamento no GPrec?	Justifique (para resposta “Não” em qualquer uma das colunas anteriores)	Ponderações da Corregedoria
Sem registros	-	-	-	-

(Fonte: Gprec)

16.1 Saneamento

Do exame dos processos por amostragem e das **ponderações lançadas nas tabelas anteriores ao lado de cada processo analisado**, foram encontradas as irregularidades abaixo descritas:

- **Demora no registro da quitação das RPs no sistema GPrec**

Descrição: identificaram-se, na época da extração dos dados estatísticos do E-Gestão, um expressivo número de RPs pendentes de quitação com prazo vencido, embora já quitadas pelo ente público devedor. São exemplos: 0000135-56.2020.5.11.0009, 0000264-72.2017.5.11.0007, 0000297-17.2021.5.11.0009, 0000333-93.2020.5.11.0009, 0000395-89.2022.5.11.0001, 0000444-33.2022.5.11.0001, 0000469-46.2022.5.11.0001, 0000533-56.2022.5.11.0001, 0000536-11.2022.5.11.0001, 0000611-50.2022.5.11.0001, 0000705-95.2022.5.11.0001, 0000744-92.2022.5.11.0001, 0000773-80.2020.5.11.0012, 0000860-35.2021.5.11.0001, 0000872-49.2021.5.11.0001, 0001278-36.2022.5.11.0001, 0001338-09.2022.5.11.0001, 0001670-93.2015.5.11.0009, 0000190-12.2017.5.11.0009, 0000252-81.2019.5.11.0009, 0000430-64.2018.5.11.0009, 0000873-15.2018.5.11.0009, 0000998-51.2016.5.11.0009, 0001317-48.2018.5.11.0009, 0001624-36.2017.5.11.0009, 0001928-06.2015.5.11.0009, 0002414-54.2016.5.11.0009, 0002422-31.2016.5.11.0009. Além destas, havia RPs já quitadas pelo ente devedor, mas que se encontravam na estatística pendentes de quitação no prazo (por falta de lançamento do prazo de pagamento), tais como: 0000605-24.2019.5.11.0009, 0000235-16.2017.5.11.0009, 0000371-16.2022.5.11.0016 e 0001608-76.2017.5.11.0011.

Consequências: discrepância de dados estatísticos (entre a quantidade de RPs expedidas e quitadas) e contribuição para o aumento do acervo estatístico de RPs pendentes de quitação neste Regional, itens, inclusive, sujeitos à fiscalização da Corregedoria-Geral.

Recomendação: acompanhar, mensalmente, os dados estatísticos da Vara e corrigir eventuais discrepâncias/pendências existentes, de modo a fornecer dados estatísticos fidedignos, a teor do disposto no parágrafo único do art. 273 da CPCR (Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Regional).

16.2 Recomendações





Acompanhar, mensalmente, a estatística do e-Gestão, a fim de regularizar eventuais pendências nos relatórios das RPVs pendentes de quitação “no prazo” e “com prazo vencido”. Observar o disposto no **parágrafo único do art. 273 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria do TRT da 11ª Região** (ATO CONJUNTO Nº 07/2022/SCR/SGP).

Consultar, regularmente, as abas do sistema GPREC e corrigir eventuais pendências identificadas (prazo de pagamento, registro de pagamento, situação “Parcialmente Paga”, pré-cadastros pendentes de autuação, etc.).

Quando da baixa do pagamento das RPs no sistema GPREC, recomenda-se que a unidade judiciária junte o alvará como comprovante de pagamento (em substituição ao comprovante bancário) + o extrato zerado da conta judicial + o comprovante de recolhimento dos encargos previdenciários (na falta deste, o extrato zerado da conta judicial).

Para inserção de RP nos sistemas GPREC e Pj-e, observe a forma de contagem de prazo prevista no § 3º, do art. 132 do Código Civil, em dias corridos, considerando ainda a natureza material do prazo.

17 - EXAME DE PROCESSOS NO SISTEMA PJE

Obedecendo ao critério de aleatoriedade e consoante observação das tarefas do sistema PJe e dos relatórios gerenciais disponíveis, foram analisados 257 processos por amostragem durante o período correicional, que constam do anexo da presente Ata Correicional.

17.1 Determinações Específicas por Processos Analisados

Item	Processo	Determinação
1	0000383-17.2023.5.11.0009	Incluir o Ministério Público do Trabalho no processo como fiscal da lei.
2	0000326-19.2011.5.11.0009	Inserir a movimentação de decisão de Impugnação à Sentença de Liquidação de Id 7e7f50f a fim de dar baixa na pendência no e-gestão.
3	0000757-67.2022.5.11.0009	Analisar petições Id 5535673 e f8b5b0b e admissão do recurso ordinário Id 3b23d79.
4	0000022-85.2023.5.11.0013	Tramitar o processo para a fase de execução.
5	0000151-10.2020.5.11.0009	Retornar o processo para a fase de conhecimento.
6	0000468-42.2019.5.11.0009	Retornar o processo para a fase de conhecimento.
7	0002129-61.2016.5.11.0009	Encaminhar o processo para o fluxo “suspenso o processo por depender do julgamento de outra causa, de outro juízo ou de declaração incidente”, nos termos do art. 250, §2º, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Regional.





8	0000716-47.2015.5.11.0009	Cumprir item I do despacho Id 4789c1e (incluir as executadas no BNDT) e encaminhar o processo para o fluxo “suspenso o processo por execução frustrada”, nos termos do art. 251, parágrafo único, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Regional.
9	0001156-77.2014.5.11.0009	Cumprir item I da decisão Id 6cd4a98 (incluir a executada no BNDT).
10	0001292-74.2014.5.11.0009	Encaminhar o processo para o fluxo “suspenso o processo por execução frustrada”, nos termos do art. 251, parágrafo único, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Regional.
11	1186300-54.2007.5.11.0009	Cumprir item I da decisão Id cd0677 (incluir a executada no BNDT).
12	0000012-97.2016.5.11.0009	Cumprir item I da decisão Id 97e6fd4 (incluir a executada no BNDT).
13	0001449-76.2016.5.11.0009	Cumprir item I da decisão Id 5940ffb (incluir a executada no BNDT).
14	0002027-73.2015.5.11.0009	Cumprir item I da decisão Id 42e5479 (incluir a executada no BNDT).
15	0000634-16.2015.5.11.0009	Cumprir item I da decisão Id 5f10724 (incluir a executada no BNDT).
16	0000246-74.2019.5.11.0009	Cumprir item I da decisão Id e1aaa41 (incluir a executada no BNDT).
17	0000343-89.2010.5.11.0009	Analisar petição Id 2f83208.
18	0000382-47.2014.5.11.0009	Encaminhar o processo para a movimentação “suspensão por convenção das partes para cumprimento voluntário da obrigação”, nos termos do Ofício-Circular TST.CGJT nº 9/2023 e da Orientação nº 1/2023/SCR.
19	0000247-59.2019.5.11.0009	Cumprir item I da decisão Id 7448ee1 (incluir o sócio da executada no BNDT).
20	0000288-60.2018.5.11.0009	Retirar o processo do sobrestamento e cumprir item II da decisão Id 732f1de (realizar nova consulta ao sistema SISBAJUD).
21	0000617-04.2020.5.11.0009	Encaminhar o processo para o fluxo “suspenso o processo por execução frustrada”, nos termos do art. 251, parágrafo único, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Regional, e cumprir item I da decisão Id 0105dc0 (incluir o executado no BNDT).





22	0001403-58.2014.5.11.0009	Cumprir despacho Id 09a08b4.
23	0000036-91.2017.5.11.0009	Oficiar o SDMJ para dar baixa no mandado Id 121fb55, cumprido no Id 35ef327.
24	0000658-34.2021.5.11.0009	Oficiar o SDMJ acerca do cumprimento do mandado Id c1d57be.
25	0000151-05.2023.5.11.0009	Oficiar o SDMJ acerca do cumprimento do mandado Id 300fdf3.
26	0000420-44.2023.5.11.0009	Oficiar o SDMJ acerca do cumprimento dos mandados Id 8102f39 e 12f7ccd.
27	0002330-63.2010.5.11.0009	Oficiar o SDMJ acerca do cumprimento do mandado Id f18871f.
28	0000743-83.2022.5.11.0009	Sanear no sistema Garimpo e no PJE a conta vinculada de nº 4940302-0, agência 2686, operação 42, da Caixa Econômica Federal.
29	0000573-48.2021.5.11.0009	Sanear no sistema Garimpo e no PJE a conta vinculada de nº 4919241-0, agência 2686, operação 42, da Caixa Econômica Federal.
30	2531700-06.2004.5.11.0009	Sanear no sistema Garimpo e no PJE a conta vinculada de nº 4922926-7, agência 2686, operação 42, da Caixa Econômica Federal.
31	0000827-21.2021.5.11.0009	Sanear no sistema Garimpo e no PJE a conta vinculada de nº 4945990-4, agência 2686, operação 42, da Caixa Econômica Federal.
32	0000915-25.2022.5.11.0009	Sanear no sistema Garimpo e no PJE a conta vinculada de nº 4945837-1, agência 2686, operação 42, da Caixa Econômica Federal.
33	0000450-95.2022.5.11.0015	Sanear no sistema Garimpo e no PJE a conta vinculada de nº 4937895-5, agência 2686, operação 42, da Caixa Econômica Federal.
34	0001310-27.2016.5.11.0009	Cumprir item I da decisão Id 4f8d5df (incluir as executadas no BNDT).

17.2 Achados da Correição

17.2.1 Cadastro de Partes

Foram identificados 3 processos não arquivados após 1º de janeiro de 2020 na unidade com o chip “Parte sem CPF/CNPJ”.





17.2.2 Petições não apreciadas

A análise do Escaninho da unidade (ferramenta do PJe Judicial que relaciona as novas petições protocoladas e ainda não apreciadas) revela que, em 26-7-2023, há 125 petições não apreciadas, sendo as mais antigas protocoladas em 21-7-2023.

17.2.3 Processo sem movimentação

Verificou-se que a unidade possui 11 processos parados nas tarefas ou com demora na sua movimentação, conforme pesquisa ao relatório “Processos parados há mais de X dias - 1º Grau” há mais de 30 dias, do sistema SAO, do PJe (extração de dados em 26-7-2023).

17.2.4 Processos conclusos para despacho/decisão:

Identificou-se represamento na tarefa “Minutar Decisão”. Em 26-7-2023, há 57 processos na tarefa “Elaborar decisões”, sendo o mais antigo pendente desde 23-6-2023.

17.2.5 Fluxo de Sobrestamento por Execução Frustrada no Sistema PJE

No caso de suspensão do processo pela não localização do devedor ou de bens penhoráveis, no prazo de até 1 ano, a Vara deverá encaminhar o processo para “Sobrestamento por execução frustrada - item 106/90.106 do Manual do e-Gestão”, nos termos do art. 251, parágrafo único, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região.

Verificou-se que na quase totalidade dos casos a vara observa a correta movimentação processual no sistema PJE, contudo, nos autos do processo “0001292-74.2014.5.11.0009” o lançamento realizado foi de “suspensão por decisão judicial”.

17.2.6 Represamento no cumprimento das determinações nas fases de liquidação e execução

Constatou-se um relativo represamento no cumprimento das determinações previstas em despachos exarados na fase de execução, tendo sido verificados processos cujas determinações foram cumpridas meses após a prolação do despacho, a exemplo dos processos 0000288-60.2018.5.11.0009, 0000660-87.2010.5.11.0009, 0001403-58.2014.5.11.0009, 0000882-16.2014.5.11.0009, 0002262-06.2016.5.11.0009, 3217600-68.2005.5.11.0009.

17.2.7 Intimação do Ministério Público em Ações Coletivas

A participação do Ministério Público do Trabalho é obrigatória na condição de fiscal da lei em todas as ações coletivas em que o sindicato atuar na qualidade de substituto processual, independentemente da natureza da ação, seja coletiva do trabalho ou ação civil pública, nos termos da Recomendação nº 1/2023/SCR, com o objetivo de evitar eventual arguição de nulidade em decorrência de prejuízo e retardamento do feito.

Nos processos analisados por amostragem, verificou-se que a Vara vem cumprindo parcialmente a aludida recomendação. A título exemplificativo, nos processos 0000389-24.2023.5.11.0009, 0000353-16.2022.5.11.0009 a Vara realizou a notificação do MPT, enquanto nos processos 0000383-17.2023.5.11.0009, 0000737-76.2022.5.11.0009, 0000242-32.2022.5.11.0009, 0000272-33.2023.5.11.0009, 0000412-04.2022.5.11.0009, 0000156-61.2022.5.11.0009, 0000308-80.2020.5.11.0009, 0000367-68.2020.5.11.0009 deixou de fazê-lo.





17.2.8 Processos Arquivados com Saldo em Conta Judicial após 14-2-2019

Em consulta ao “Demonstrativo do Sistema de Depósito Judicial”, em 26-7-2023, verificou-se que constam 24 contas bancárias com saldo vinculadas a processos arquivados após 14 de fevereiro de 2019, em desconformidade com a Recomendação nº 04/2021/SCR. Abaixo, são apresentados exemplificativamente, os seguintes processos:

Processo	Data do Arquivamento	Saldo	Conta Judicial
0000743-83.2022.5.11.0009	21-7-2023	3.396,12	Caixa Econômica Federal, agência 2686, operação 42, conta 4940302-0
0000573-48.2021.5.11.0009	21-7-2023	2.217,49	Caixa Econômica Federal, agência 2686, operação 42, conta 4919241-0
2531700-06.2004.5.11.0009	21-7-2023	166,50	Caixa Econômica Federal, agência 2686, operação 42, conta 4922926-7
0000827-21.2021.5.11.0009	6-6-2023	7.814,61	Caixa Econômica Federal, agência 2686, operação 42, conta 4945990-4
0000915-25.2022.5.11.0009	12-6-2023	327,01	Caixa Econômica Federal, agência 2686, operação 42, conta 4945837-1
0000450-95.2022.5.11.0015	29-6-2023	12.656,02	Caixa Econômica Federal, agência 2686, operação 42, conta 4937895-5

17.2.9 Contas Judiciais não Vinculadas a Processos

Ainda em consulta ao “Demonstrativo do Sistema de Depósito Judicial”, em 8-8-2023, verificou-se que constam 93 contas bancárias com saldo a partir de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), não vinculadas a processos judiciais.

Nesse sentido, deverá a unidade adotar o procedimento definido pelo Ato Conjunto nº 1/2023/SGP/SCR, bem como aquele previsto no despacho Id 1422130, proferido nos autos do e-Sap 9733/2023, para fins de sanar as contas bancárias não associadas a processos judiciais.

17.2.10 Uso da Ferramenta Wiki-VT

Registra-se que, em cumprimento à determinação constante do art. 29, inciso VIII, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a Corregedoria orientou os(as) magistrados(as) e servidores da Vara quanto à utilização regular da ferramenta eletrônica Fluxo





Nacional Otimizado de Procedimentos em Primeira Instância e, em atenção ao art. 32, VI, da CPCGJT recomenda a utilização regular da ferramenta.

17.2.11 Processos Físicos

Conforme informações prestadas pela vara, todos os processos físicos da 9ª Vara do Trabalho de Manaus que aguardavam julgamento de instância superior foram digitalizados antes de dezembro/2020, pela gestão anterior.

18 - PÓS-CORREIÇÃO E ANÁLISE COMPARATIVA

Nº	Processo/Item da ata de correição 2022	Análise da equipe de pós-correição	Resposta da Vara se as determinações foram cumpridas	Ponderações e/ou Determinações da Atual Corregedoria
1	IV – MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL E CONCILIAÇÕES -> 1. MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL: 1.3. FASE DE EXECUÇÃO -> 1.3.4. Processos arquivados com saldo em conta judicial após 14-02-2019: Determinação	Em 21/10/2022, verificou-se no Sistema Depósito Judicial que ainda subsistem 268 processos arquivados após 14/02/2019 com saldo vinculado. No entanto, é importante ressaltar que o relatório extraído do sistema Garimpo não reflete a situação das contas judiciais em tempo real, havendo necessidade de contínua atualização do sistema. <u>Ponderações da Corregedoria:</u> Deverá a unidade acompanhar com maior afinco a questão do arquivamento dos processos. Sugere-se que sejam acostados aos autos espelhos das contas judiciais abertas vinculadas ao processo para atestar que, de fato, as	Em parte. Ao analisarmos o sistema Garimpo.trt11 em 7-7-2023, verificamos que, utilizando os filtros Saldo (valor mínimo): 0,01; Vara: 09; Com processo arquivado: 01/01/1970 a 31/05/2023) – fizemos também uma busca substituindo “Vara: 09” por “Vara associada: 09ª Vara do Trabalho de Manaus” e o resultado foi o mesmo -, havia apenas 1 processo (nº 0000477-96.2022.5.1 1.0009) com saldo remanescente, processo este que foi arquivado em 6-9-2022 e tinha o saldo remanescente de R\$0,25. Desarquivamos e fizemos o	Determinação parcialmente cumprida, conforme item 17.2.9 desta Ata.



		mesmas não possuem valores remanescentes.	alvará competente. Quando a busca é feita com os parâmetros Saldo (valor mínimo): 0,01; Vara: 09; Com processo arquivado: 01/01/1970 a 27/07/2023), dá o resultado de 32 contas com saldo. Conferi os processos e nenhum está com saldo remanescente. Tal resultado se dá porque o sistema demora para atualizar e somente está atualizado até 31/05/2023. A título de exemplo, por amostragem, constam na lista como pendentes os seguintes processos (todos com saldo zerado): 0000316-91.2019.5.11.0009 – alvarás feitos em 5-7-2023 e 11-7-2023; 0000066-73.2019.5.11.0004 – alvarás feitos em 18-7-2023; 0000146-85.2020.5.11.0009 – alvará feito em 24-7-2023; 0000573-48.2021.5.11.0009 – alvará feito em 13-7-2023; 2531700-06.2004.5.11.0009 – alvará feito em 10-7-2023; 0000229-	
--	--	---	--	--



			67.2021.5.11.0009 – alvará feito em 17-7-2023; 0000342-84.2022.5.11.0009 – alvarás feitos em 10-7-2023 e 12-7-2023; 0000348-91.2022.5.11.0009 – alvarás feitos em 14-7-2023; 0000430-64.2018.5.11.0009 – alvarás feitos em 24-7-2023; 0000797-20.2020.5.11.0009 – alvará feito em 20-7-2023.	
2	V – INCIDENTES PROCESSUAIS E RECURSOS PARA O 2º GRAU: 2. RECURSOS PENDENTES DE REMESSA PARA O TRT: Determinação	Do exame do relatório do e-Gestão de janeiro/2022, e após análise do PJe Judicial em 21/10/2022, verificou-se não subsistirem processos com recurso pendente de remessa ao TRT. O exame do relatório do e-Gestão referente a setembro/2022 demonstra que há 115 recursos pendentes de remessa para o TRT (104 recursos ordinários, 08 agravos de petição, 02 recursos adesivos e 01 agravo de instrumento em agravo de petição), indicando melhora nos dados da unidade, ao se comparar com os dados obtidos no período correicional.	Sim. Conforme resposta dada pela 9ª VTM no processo 0000002-47.2022.2.00.0511 (documento de ID. 2232480, página 2 (item 2.V), no dia 24-11-2022, não havia processos pendentes de envio ao 2º grau nem de recebimento do 2º grau com mais de 2 dias. Desde então, mantivemos a caixa “Recebimento e Remessa” atualizada, bem como fazemos consulta semanal nos chips “Admissibilidade – AP”, “Admissibilidade – Rad”, Admissibilidade – RO” e “Remeter Recurso”.	Determinação parcialmente cumprida. No relatório do e-gestão referente a junho/2023, constaram 43 recursos ordinários, 5 agravos de petição, 1 recurso adesivo, 1 agravo de instrumento em agravo de petição pendentes de remessa. Destes, os seguintes processos estavam com o prazo de 30 dias para apreciação vencido: <u>Recurso ordinário</u> 0000272-33.2023.5.11.0009 – remetido ao Tribunal em 4-7-2023; 0000003-91.2023.5.11.0009 – remetido ao Tribunal em 4-7-2023;



		<p><u>Ponderações da Corregedoria:</u> Determina-se que o Juízo saneie o relatório de recursos pendentes de remessa ao TRT, visto que esta situação será novamente objeto de análise no encerramento dos trabalhos de pós-correição.</p>	<p>0000185-77.2023.5 .11.0009 – aguardando prazo para a reclamada contrarrazoar o recurso da autora;</p> <p>0000757-67.2022.5 .11.0009 - não analisado, conforme item 18.1 desta Ata;</p> <p>0000991-49.2022.5 .11.0009 – aguardando prazo para a reclamada contrarrazoar o recurso do litisconsorte;</p> <p>0001176-11.2022.5. 11.0002 – aguardando prazo para a litisconsorte contrarrazoar o recurso da autora;</p> <p>0000959-44.2022.5 .11.0009 – remetido ao Tribunal em 13-7-2023.</p> <p><u>Agravo de petição</u> 0000081-90.2020.5 .11.0009 – remetido ao Tribunal em 4-7-2023;</p> <p>0001388-16.2019.5 .11.0009 - remetido ao Tribunal em 7-7-2023;</p> <p>0182900-15.2008.5 .11.0009 - remetido ao Tribunal em 13-7-2023;</p>
--	--	---	--



				<p>0000132-72.2018.5 .11.0009 - remetido ao Tribunal em 13-7-2023.</p> <p><u>Recurso adesivo</u> 0000003-91.2023.5 .11.0009 – remetido ao Tribunal em 4-7-2023.</p>
3	<p>VI – EXAME DOS PROCESSOS NO SISTEMA PJe -> 3. SANEAMENTO: Determinações -> c) Determinações dos processos.</p>	<p>Em 21/10/2022, observou-se o cumprimento parcial das determinações prescritas nos processos analisados. As providências a serem adotadas pela unidade, no concernente aos 03 processos cuja determinação não foi integralmente cumprida, estão presentes no anexo abaixo.</p> <p>0010037-77.2013.5.1 1.0009 - Dar impulso processual para prosseguimento dos atos executórios. Apreciar petição de id 01bb8e5;</p> <p>0001310-27.2016.5.1 1.0009 - Apreciar o pedido de instauração de descon sideração da personalidade jurídica formulado sob id b9769a8;</p> <p>0000959-49.2019.5.1 1.0009 - Diligenciar junto ao setor de</p>	<p>Sim. Conforme resposta dada pela 9ª VTM no processo 0000002-47.2022.2.00.0511 (documento de ID. 2232480, páginas 2 e 3 (item 3.VI), a 9ª Vara do Trabalho de Manaus tomou as seguintes medidas:</p> <p>0010037-77.2013.5.1 1.0009 - dia 31-10-2022, houve nova tentativa infrutífera de bloqueio e concessão de prazo de 10 dias úteis para o Exequite indicar bens. Tal prazo expirou dia 18-11-2022 e, no dia 21-11-2022, houve decisão suspendendo o processo por 1 ano, nos termos do art. 116 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do</p>	<p>Determinações cumpridas.</p> <p>0010037-77.2013.5 .11.0009: petição apreciada. Execução quitada e processo arquivado;</p> <p>0001310-27.2016.5 .11.0009: Pedido de descon sideração de personalidade jurídica prejudicado, conforme despacho Id 6e6e118. Após pesquisas infrutíferas, o processo foi sobrestado por execução frustrada, conforme decisão Id 4f8d5df. No entanto, não foi cumprida a determinação do item I, conforme item 18.1 desta Ata;</p> <p>0000959-49.2019.5 .11.0009: Mandado cumprido. O processo está aguardando a resposta dos Ofícios de Id</p>



		Mandados Judiciais o cumprimento do mandado.	Trabalho; atualmente (27-7-2023), o processo encontra-se arquivado definitivamente, visto que foi pago em 18-1-2023 e teve sentença extintiva da execução em 19-1-2023; - 0001310-27.2016.5.11.0009 - o pedido de instauração de desconsideração da personalidade jurídica havia restado prejudicado após análise dos autos, conforme despacho de ID. 6e6e118, publicado em 27-4-2022. Todavia, não havia sido corrigida a pendência envolvendo o chip "Apreciar IDPJ", o que foi feito no dia 9-11-2022, com a alteração do tipo de petição para o tipo originalmente criado pelo advogado (Manifestação). Em relação ao andamento do processo, foram feitas diversas pesquisas patrimoniais nos últimos meses e todas restaram infrutíferas. No dia 26-10-2022, houve decisão suspendendo o processo por 1 ano,	5637754 3715228. e
--	--	--	---	-----------------------



			<p>nos termos do art. 116 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho; atualmente (27-7-2023), o processo encontra-se sobrestado por inércia do Exequente em indicar bens após a utilização de ferramentas de pesquisas patrimoniais restarem infrutíferas;</p> <p>0000959-49.2019.5.11.0009 - No dia 27-10-2022, houve decisão suspendendo o processo por 1 ano, nos termos do art. 116 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho; atualmente (27-7-2023), o processo encontra-se em fase de execução e aguardando prazo de resposta aos ofícios enviados aos bancos Itaú e C6.</p>	
4	X - MANDADOS JUDICIAIS	Em 21/10/2022 verifica-se que ainda	Sim. Conforme resposta dada pela 9ª	Determinação parcialmente



		encontram-se pendentes de regularização os mandados dos seguintes processos: -0000121-77.2017.5.11.0009 (pendente desde 16-12-2019); -0000036-91.2017.5.11.0009 (pendente desde 29/04/2020)	VTM no processo 0000002-47.2022.2.00.0511 (documento de ID. 2232480, páginas 3 e 4 (item 4.X), a 9ª Vara do Trabalho de Manaus tomou as seguintes medidas: -0000121-77.2017.5.11.0009: O referido mandado foi cumprido em 13-1-2020, conforme certidão de ID. 14116b4; -0000036-91.2017.5.11.0009: dos 4 mandados expedidos no dia 29-4-2020, o mandado de ID. b6de1bf foi o único não cumprido, em razão da pandemia, todavia perdeu o seu objeto quando fora verificada a recuperação judicial da Executada em dezembro/2021, conforme expresso na decisão de ID. 829a834.	cumprida, conforme itens 11 e 17.1 desta Ata.
5	XII – PÓS-CORREIÇÃO E ANÁLISE COMPARATIVA: coluna da tabela “Ponderações e Determinações da Corregedoria	Em 21/10/2022, identificou-se que ainda não foram cumpridas todas as determinações relativas ao pós-correição de 2022. 0002527-47.2012.5.11.0009 - Aguardar a	Sim. Conforme resposta dada pela 9ª VTM no processo 0000002-47.2022.2.00.0511 (documento de ID. 2232480, página 4 (item 5. XII), a 9ª Vara do Trabalho de Manaus	Determinação cumprida. O despacho Id 599e6a2 foi cumprido. Execução quitada, saldo remanescente devolvido à reclamada e processo arquivado.



	resposta do BACEN-CCS e, após, cumprir as determinações do despacho de id 599e6a2.	do e, as do id	tomou as seguintes medidas: 0002527-47.2012.5.11.0009 - no dia 2-11-2022, expirou o prazo das demais Varas do Trabalho do TRT11 indicarem interesse no crédito da Executada; o alvará foi expedido dia 9-11-2022 e, após a confirmação do pagamento, o processo foi arquivado dia 18-11-2022.
--	--	----------------	--

Verifica-se que a Vara atendeu às determinações de pós-correição do ano de 2022. Contudo, foram identificadas algumas irregularidades de mesma natureza, notadamente aquelas referentes à existência de processos arquivados com saldo em conta, um processo pendente de processamento da remessa à instância superior e mandados judiciais com prazo de cumprimento da SMJ vencido, nos termos acima expostos.

19 - DETERMINAÇÕES

Item	Determinações à 9ª Vara do Trabalho de Manaus
1	Regularizar a situação do processos cujas partes estejam com pendência de CPF/CNPJ (item 17.2.1)
2	Incluir o Ministério Público do Trabalho nas ações coletivas como fiscal da lei, a fim de evitar posterior nulidade. (item 17.2.8).
3	Observar o fluxo de sobrestamento por execução frustrada nos momentos processuais do PJE (item 17.2.6).
4	Desarquivar os processos arquivados pela primeira vez após 14-2-2019 com saldo e proceder a todas as medidas necessárias para levantamento do saldo remanescente e posterior arquivamento, observando o Ato Conjunto 01/2019/CSJT/GP.CGJT, complementado pelo Ato Conjunto nº 02/2020/SGP/SCR, com as alterações do Ato Conjunto nº 06/2021/SGP/SCR (item 17.2.9)
5	Deverá a unidade adotar o procedimento definido pelo Ato Conjunto nº 1/2023/SGP/SCR, bem como aquele previsto no despacho Id 1422130, proferido nos autos do e-Sap 9733/2023, para fins de sanear as contas bancárias não associadas a processos judiciais.





6	Deverá o Juízo sanear os processos que estejam parados há mais de 30 dias constantes do relatório do SAO, de modo a dar impulso processual para prosseguimento dos processos, além de reduzir o tempo de permanência e a quantidade de processos na tarefa "minutar decisão".
---	---

20 - RECOMENDAÇÕES

Item	Recomendações à 9ª Vara do Trabalho de Manaus
1	Evitar a mora no andamento processual, especialmente na fase de execução, quanto ao cumprimento das determinações.
2	Acompanhar os mandados expedidos, diligenciando junto à SDMJ quando for extrapolado o prazo previsto para o cumprimento (art. 101, <i>caput</i> e §1º, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Regional).
3	Encaminhar ao CEJUSC o número mínimo de 10 processos mensais para incremento do índice de conciliação e composição de conflitos.

21 - RECOMENDAÇÕES GERAIS

Item	RECOMENDAÇÃO
1	Utilizar o fluxo de arquivo provisório para os casos de recuperação judicial ou falência do executado e para os casos de execução frustrada, neste último caso, desde que precedido de sobrestamento por até 1 ano, conforme art. 116 da Consolidação dos Provimentos da CGJT.
2	Utilizar os relatórios gerenciais à disposição do Juízo (e-Gestão, Hórus, SAO, Pauta Temática, etc.), bem como as ferramentas disponíveis no sistema PJe (Escaninho, tarefas com "Prazo vencido" etc.) para melhorar a gestão dos processos que tramitam no juízo.
3	Realizar a conferência dos dados estatísticos da unidade no sistema e-Gestão para fins de atestar a conformidade e a fidedignidade das informações contidas, como ordena o art. 4º, <i>caput</i> e parágrafos, do Ato Conjunto nº 11/2021/SGP/SCR
4	Antes de arquivar definitivamente o processo judicial, entre outras providências, verificar a inexistência de valores disponíveis vinculados ao processo, juntada de pagamento e recolhimento de encargos previdenciários e fiscais e certificar a ausência desses valores.
5	A Vara deverá encaminhar mensalmente o "Formulário de adiamentos Excepcionais – FAE" (formularios.scr@trt11.jus.br) contendo as informações sobre a ocorrência ou não do adiamento da sessão de audiência, ocorrida na unidade judiciária, que se enquadrem nos "Adiamentos Excepcionais", conforme disposto nos arts. 130 e seguintes da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Regional.
6	Conforme Recomendação n. 4/GCGJT, de 26 de setembro de 2018, recomenda-se aos magistrados a observância de procedimentos em relação à prolação de sentenças e acórdãos líquidos, de modo que, sempre que possível, profiram sentenças condenatórias líquidas, fixando os valores relativos a cada um dos pedidos acolhidos, indicando o termo inicial e os critérios para correção monetária e juros de mora, além de determinar o prazo e as condições para o seu cumprimento (Art. 832, §1º, da CLT).





7	Liberar o depósito recursal em favor do reclamante independentemente de requerimento após o trânsito em julgado da sentença condenatória, quando o valor do crédito trabalhista for inequivocamente superior ao do depósito recurso ou incontroverso, prosseguindo a execução depois pela diferença, nos termos do art. 189, I, da Consolidação dos Provimentos.
8	Garantir prioridade ao processamento e ao julgamento das ações em tramitação na Justiça do Trabalho que envolvam violência no trabalho; exploração do trabalho infantil; aprendizagem; preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade, gênero e quaisquer outras formas de discriminação; assédio moral ou sexual; trabalho degradante, forçado ou em condições análogas à de escravo.
9	Fazer uso sistemático das ferramentas tecnológicas de pesquisa patrimonial disponibilizadas pelo Tribunal, CSJT e CNJ, tais como CCS, SNIPER, JUCEA, REDESIM, SISBAJUD, RENAJUD, CNIB, PENHORA ONLINE, INFOJUD, SIMBA, CENSEC, SIEL, SERAJUD, eRIDFT, PROTESTOJUD ETC.
10	Utilizar regularmente da ferramenta eletrônica Fluxo Nacional Otimizado de Procedimento em Primeira Instância - WIKI-VT na tramitação processual, nos termos do art. 32, VI, CPCGJT.
11	Verificar processos constantes do arquivo provisório há mais de dois anos.
12	Evitar o atraso na expiração de prazo, no cumprimento das determinações, na conclusão do feito ao magistrado e na apreciação das petições.
13	Realizar o PCMSO, que é regulamentado pela RA CSJT 141/2014, cujo objetivo é aferir, separadamente, a adesão de magistrados e servidores nos exames periódicos de saúde. Trata-se de importante ferramenta de tratamento e prevenção à saúde de todos, com caráter de diagnóstico precoce dos agravos à saúde relacionados ao trabalho, e item relevante para o alcance das metas nacionais pelo TRT11.
14	Os magistrados devem observar as respectivas agendas, nos termos do que dispõe o Ato Conjunto nº 03/2023/SGP/SCR, quanto à necessidade de comparecer à unidade jurisdicional em pelo menos três dias úteis na semana.
15	Intimar o Ministério Público do Trabalho em todas as ações coletivas em que o sindicato figurar como substituto processual, a fim de evitar posterior nulidade.
16	Em razão da função social da Justiça do Trabalho, a Corregedoria recomenda a participação em atividades, eventos, palestras, caminhadas, audiências públicas relacionadas aos temas: Trabalho Infantil, Trabalho Seguro, Enfrentamento ao Assédio Moral, Sexual e Discriminatório no âmbito da jurisdição da Vara, inclusive durante as itinerâncias.
17	Acompanhar, mensalmente, a estatística do e-Gestão, a fim de regularizar eventuais pendências nos relatórios das RPs pendentes de quitação “no prazo” e “com prazo vencido”. Observar o disposto no parágrafo único do art. 273 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria do TRT da 11ª Região (ATO CONJUNTO Nº 07/2022/SCR/SGP).
18	Consultar, regularmente, as abas do sistema GPREC e corrigir eventuais pendências identificadas (prazo de pagamento, registro de pagamento, situação “Parcialmente Paga”, pré-cadastros pendentes de autuação, etc.).
19	Quando da baixa do pagamento das RPs no sistema GPREC, recomenda-se que a unidade judiciária junte o alvará como comprovante de pagamento (em substituição ao comprovante bancário) + o extrato zerado da conta judicial + o comprovante de recolhimento dos encargos previdenciários (na falta deste, o extrato zerado da conta judicial);





20	Orienta-se à vara que faça a gestão processual dos expedientes enviados à Seção de Mandados Judiciais a fim de evitar diligências inúteis e atraso processual, tais como o envio de mandados para notificar reclamadas que sabidamente encontram-se em local incerto e não sabido, ou a expedição de mandados cujo prazo de cumprimento não observa a garantia do prazo de 9 dias úteis para que o oficial de justiça cumpra a diligência.
21	Recomenda para que as unidades judiciárias, tanto na fase de conhecimento quanto na execução, ao realizar suas próprias audiências ou encaminhar processos para audiências no CEJUSC, designem no PJe a audiência como "audiência de conciliação".
22	Considerando a necessidade de se estabelecer mecanismos de fiscalização e controle do comparecimento dos magistrados às unidades em que atuam, no mínimo, três dias por semana, nos termos da decisão proferida pelo CNJ nos autos do PCA 0002260-11-2022.2.00.0000; considerando, ainda, o disposto no § 8º do Ato Conjunto nº 3/2023/SGP/SCR, recomenda-se ao juízo que continue registrando ata, quando for o caso, que a audiência foi presidida com a presença física do(a) magistrado(a) na unidade jurisdicional.
23	Considerando a necessidade de fomentar e viabilizar o desenvolvimento, bem como a produção e a disseminação de conhecimentos, visando ao aperfeiçoamento institucional dos órgãos do Poder Judiciário, recomenda-se aos magistrados e magistradas que participem dos cursos de formação continuada disponibilizados pela Escola Judicial do TRT 11, mormente aqueles relacionados aos temas de Ética, Mídias Sociais, PJe-JT e E-Gestão.

22 - DETERMINAÇÕES PÓS-CORREICIONAIS AO JUÍZO

Item	DETERMINAÇÕES PÓS-CORREIÇÃO
1	A partir da assinatura da Ata de Correição, a Vara tem o prazo de 20 dias corridos para demonstrar o cumprimento das determinações e recomendações constantes da presente ata e, querendo, oferecer suas considerações, tudo nos termos do art. 5º, § 2º, do Provimento nº 05/2020/SCR, o que deve ser feito nos autos do Processo 0000063-68.2023.2.00.0511 (Correição 9ª VTM).

23 - REIVINDICAÇÕES DO JUÍZO

A 9ª Vara do Trabalho de Manaus apresentou as seguintes reivindicações:

1. Sejam lotados mais servidores, uma vez que estamos com déficit;
2. Sejam fornecidos microfones, caixas de som e câmeras de boa qualidade, que captem bem o som de quem estiver falando;
3. Sejam fornecidos nobreaks para todos os computadores da Vara;
4. Sejam trocados os ares-condicionados das salas de audiência, visto que os mesmos não conseguem climatizar os ambientes em dias quentes;
5. Os itens I a V da parte "MAGISTRADOS(AS)" e itens II, III, IV, VI e VII da parte "QUADRO FUNCIONAL" do Formulário de Informações Preliminares sejam respondidos pelos setores que possuem tais informações, a saber, EJUD (ambas as sessões – magistrados e servidores), COSAU, Secretaria de Gestão de Pessoas e Corregedoria, uma vez que tais setores possuem servidores que trabalham diretamente com as informações solicitadas e, vindo diretamente deles, evita-se risco de manipulação por parte das Varas, além de evitar a falha humana decorrente do registro manual feito atualmente. O Diretor de Secretaria da





- 9VTM se colocou à disposição para auxiliá-los na criação de formulários, modelos e guias de preenchimento, caso aceitem esta reivindicação;
6. Sejam alterados os itens da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria do TRT11 que determinem o uso do sistema Simba de forma indiscriminada para que o uso de tal ferramenta seja de uso facultado do magistrado, conforme necessidade específica do caso;
 7. Seja criado novo horário flexível do horário do expediente, de forma que o servidor possa cumprir as 7h de trabalho desde 6h30, caso tenha interesse – atualmente, o horário flexível só é válido após 7h;
 8. Seja contratada uma empresa terceirizada para realizar a digitalização dos processos físicos relativos ao Projeto Garimpo.

24 - DETERMINAÇÕES À SECRETARIA DA CORREGEDORIA

Determino à Secretaria da Corregedoria Regional que encaminhe as reivindicações eventualmente realizadas aos setores cabíveis e, no que for de competência da Corregedoria Regional, autue matéria administrativa no eSap para fins de análise das solicitações da vara.

25 - AGRADECIMENTOS

A Corregedora Regional agradece à Excelentíssima Juíza do Trabalho Titular, Carolina de Souza Lacerda Aires França, aos Excelentíssimos Juizes do Trabalho Substitutos, Igo Zany Nunes Corrêa e Marcelo Vieira Camargo, aos servidores e às servidoras pela atenção e cortesia com que distinguiram toda a equipe da Corregedoria Regional.

26 - ENCERRAMENTO

Participaram da sessão presencial de leitura da presente ata correicional, realizada no encerramento dos trabalhos, o Excelentíssimo Juiz do Trabalho Substituto, no exercício da titularidade, Igo Zany Nunes Corrêa, o Excelentíssimo Juiz do Trabalho Substituto, Marcelo Vieira Camargo, o Diretor de Secretaria, Lucas de Menezes Vidal, os servidores e servidoras lotados na Vara: Lorena Sousa Cavalcante, Karla Christianne Cardoso Soares, Laryssa Helene Veloso de Lima Fushiki, André Melo Batista da Rocha, Daniel Guerra Lopes, Daniel Thiago Motta da Silva, Flávia Pantarotto Alves, Núbia Maria de Souza Braga, e estagiária Valéria Munik Castro da Silva.

Presente na unidade no dia da realização dos trabalhos correicionais presenciais, a Excelentíssima Juíza Titular Carolina de Souza Lacerda Aires França, a qual acompanhou a leitura do resumo da ata de correição ordinária.

Ausentes as servidoras Beatriz Andrade de Souza Dantas e Fernanda da Silva Souza, por estarem em regime de teletrabalho, fora da jurisdição.

Aos 8 dias do mês de agosto de 2023, às 12h, a Excelentíssima Desembargadora Joicilene Jerônimo Portela, Corregedora, declarou encerrados os trabalhos correicionais na 9ª Vara do Trabalho de Manaus.

Assinado Eletronicamente no PjeCor 0000063-68.2023.2.00.0511
JOICILENE JERÔNIMO PORTELA
Corregedora Regional do TRT da 11ª Região



Assinado Eletronicamente no E-Sap (DP 3082/2023)
IGO ZANY NUNES CORRÊA
Juiz do Trabalho Substituto, no exercício da titularidade Titular

Assinado Eletronicamente no E-Sap (DP 3082/2023)
MARCELO VIEIRA CAMARGO
Juiz do Trabalho Substituto

Assinado Eletronicamente no E-Sap (DP 3082/2023)
LUCAS DE MENEZES VIDAL
Diretor de Secretaria

Assinado Eletronicamente no E-Sap (DP 3082/2023)
RICARDO MARQUES DE LIMA
Diretor da Corregedoria Regional





ANEXOS

1 - PROCESSOS ANALISADOS

Obedecendo ao critério de aleatoriedade e consoante observação das tarefas do sistema PJe e dos relatórios gerenciais disponíveis (E-Gestão, SAO, Hórus, etc.), foram analisados, por amostragem, os seguintes processos:

0000389-24.2023.5.11.0009	0000412-04.2022.5.11.0009	0000308-80.2020.5.11.0009
0000737-76.2022.5.11.0009	0000156-61.2022.5.11.0009	0000367-68.2020.5.11.0009
0000242-32.2022.5.11.0009	0000353-16.2022.5.11.0009	0000383-17.2023.5.11.0009
0000272-33.2023.5.11.0009	0000133-23.2019.5.11.0009	0000671-33.2021.5.11.0009
0000548-98.2022.5.11.0009	0000045-82.2019.5.11.0009	0000087-29.2022.5.11.0009
0000591-35.2022.5.11.0009	0000710-98.2019.5.11.0009	0000125-41.2022.5.11.0009
0000599-12.2022.5.11.0009	0001102-72.2018.5.11.0009	0000296-95.2022.5.11.0009
0000705-71.2022.5.11.0009	0000545-51.2019.5.11.0009	0000361-90.2022.5.11.0009
0000721-25.2022.5.11.0009	0000661-52.2022.5.11.0009	0000016-90.2023.5.11.0009
0000461-45.2022.5.11.0009	0000583-24.2023.5.11.0009	0000491-46.2023.5.11.0009
0000471-55.2023.5.11.0009	0000087-29.2022.5.11.0009	0000490-61.2023.5.11.0009
0000507-97.2023.5.11.0009	0000686-65.2022.5.11.0009	0000326-19.2011.5.11.0009
0000025-23.2021.5.11.0009	0000081-90.2020.5.11.0009	0001388-16.2019.5.11.0009
0182900-15.2008.5.11.0009	0000132-72.2018.5.11.0009	0000003-91.2023.5.11.0009
0000185-77.2023.5.11.0009	0000757-67.2022.5.11.0009	0000991-49.2022.5.11.0009
0001176-11.2022.5.11.0002	0000959-44.2022.5.11.0009	0000107-83.2023.5.11.0009
0000404-90.2023.5.11.0009	0000799-19.2022.5.11.0009	0000832-09.2022.5.11.0009
0000945-60.2022.5.11.0009	0000618-81.2023.5.11.0009	0000001-92.2021.5.11.0009
0000416-07.2023.5.11.0009	0000434-28.2023.5.11.0009	0000465-48.2023.5.11.0009
0000472-40.2023.5.11.0009	0000493-16.2023.5.11.0009	0000523-51.2023.5.11.0009
0000528-73.2023.5.11.0009	0000551-19.2023.5.11.0009	0000592-10.2023.5.11.0001
0000501-90.2023.5.11.0009	0000516-59.2023.5.11.0009	0000552-04.2023.5.11.0009
0000885-87.2022.5.11.0009	0000920-47.2022.5.11.0009	0001013-10.2022.5.11.0009
0000026-37.2023.5.11.0009	0000144-13.2023.5.11.0009	0000298-31.2023.5.11.0009
0000313-97.2023.5.11.0009	0000370-18.2023.5.11.0009	0000060-46.2022.5.11.0009
0000567-19.2022.5.11.0005	0000961-19.2019.5.11.0009	0002214-47.2016.5.11.0009
0417500-20.2004.5.11.0009	0000640-13.2021.5.11.0009	0000733-39.2022.5.11.0009
0000832-48.2018.5.11.0009	0000951-67.2022.5.11.0009	0001378-45.2014.5.11.0009
0000302-44.2023.5.11.0017	0000215-15.2023.5.11.0009	0000391-91.2023.5.11.0009
0000921-32.2022.5.11.0009	0000924-84.2022.5.11.0009	0000022-85.2023.5.11.0013
0000270-63.2023.5.11.0009	0000151-10.2020.5.11.0009	0000468-42.2019.5.11.0009
0000502-51.2018.5.11.0009	0001454-64.2017.5.11.0009	0001704-97.2017.5.11.0009
0000887-48.2022.5.11.0012	0000126-31.2019.5.11.0009	0001031-80.2012.5.11.0009
0000099-77.2021.5.11.0009	0000113-27.2022.5.11.0009	0000506-41.2020.5.11.0002
0001520-70.2014.5.11.0002	0000417-70.2015.5.11.0009	0000973-28.2022.5.11.0009
0002129-61.2016.5.11.0009	0000369-14.2015.5.11.0009	0000716-47.2015.5.11.0009
0000919-09.2015.5.11.0009	0001156-77.2014.5.11.0009	0001292-74.2014.5.11.0009
1186300-54.2007.5.11.0009	0000012-97.2016.5.11.0009	0001449-76.2016.5.11.0009
0002027-73.2015.5.11.0009	0000634-16.2015.5.11.0009	0001528-55.2016.5.11.0009
0000006-95.2013.5.11.0009	0000025-96.2016.5.11.0009	0000052-27.2017.5.11.0015
0000057-77.2011.5.11.0009	0000073-79.2021.5.11.0009	0000080-18.2014.5.11.0009



0000084-55.2014.5.11.0009	0000106-40.2019.5.11.0009	0000111-65.2019.5.11.0008
0000121-77.2017.5.11.0009	0000145-66.2021.5.11.0009	0000156-08.2015.5.11.0009
0000164-24.2011.5.11.0009	0000181-74.2022.5.11.0009	0000198-96.2011.5.11.0009
0000204-64.2015.5.11.0009	0000212-02.2019.5.11.0009	0000230-91.2017.5.11.0009
0000246-74.2019.5.11.0009	0000276-90.2011.5.11.0009	0000311-40.2017.5.11.0009
0000332-16.2017.5.11.0009	0000343-89.2010.5.11.0009	0000357-97.2015.5.11.0009
0000382-47.2014.5.11.0009	0000407-55.2017.5.11.0009	0000428-31.2017.5.11.0009
0000451-74.2017.5.11.0009	0000458-76.2011.5.11.0009	0000484-35.2015.5.11.0009
0000513-51.2016.5.11.0009	0000541-82.2017.5.11.0009	0000585-28.2022.5.11.0009
0000608-81.2016.5.11.0009	0000621-22.2012.5.11.0009	0000658-34.2021.5.11.0009
0000691-97.2016.5.11.0009	0000706-04.2018.5.11.0007	0000735-82.2017.5.11.0009
0000750-12.2021.5.11.0009	0000784-55.2019.5.11.0009	0000797-59.2016.5.11.0009
0000803-66.2016.5.11.0009	0000821-24.2015.5.11.0009	0000849-55.2016.5.11.0009
0000870-31.2016.5.11.0009	0000951-88.2018.5.11.0015	0000982-34.2015.5.11.0009
0001022-21.2012.5.11.0009	0001063-56.2010.5.11.0009	0001083-76.2012.5.11.0009
0001143-39.2018.5.11.0009	0001148-03.2014.5.11.0009	0001188-43.2018.5.11.0009
0001234-03.2016.5.11.0009	0001262-10.2012.5.11.0009	0001286-33.2015.5.11.0009
0001318-72.2014.5.11.0009	0001324-50.2012.5.11.0009	0001437-28.2017.5.11.0009
0001473-75.2014.5.11.0009	0001589-86.2011.5.11.0009	0001657-36.2011.5.11.0009
0001696-91.2015.5.11.0009	0001735-54.2016.5.11.0009	0001767-25.2017.5.11.0009
0001807-75.2015.5.11.0009	0001869-57.2011.5.11.0009	0001999-71.2016.5.11.0009
0002047-64.2015.5.11.0009	0002079-06.2014.5.11.0009	0002142-94.2015.5.11.0009
0002267-28.2016.5.11.0009	0002330-63.2010.5.11.0009	0002391-11.2016.5.11.0009
0002420-37.2011.5.11.0009	0002503-19.2012.5.11.0009	0002530-02.2012.5.11.0009
0010420-55.2013.5.11.0009	0011551-65.2013.5.11.0009	0463500-20.2000.5.11.0009
0000032-83.2019.5.11.0009	0000057-43.2012.5.11.0009	0000071-17.2018.5.11.0009
0000083-31.2018.5.11.0009	0000094-60.2018.5.11.0009	0000105-55.2019.5.11.0009
0000116-84.2019.5.11.0009	0000193-64.2017.5.11.0009	0000228-53.2019.5.11.0009
0000247-59.2019.5.11.0009	0000288-60.2018.5.11.0009	0000311-45.2014.5.11.0009
0000327-28.2016.5.11.0009	0000334-20.2016.5.11.0009	0000359-72.2012.5.11.0009
0000403-47.2019.5.11.0009	0000434-14.2012.5.11.0009	0000461-55.2016.5.11.0009
0000540-10.2011.5.11.0009	0000617-04.2020.5.11.0009	0000660-87.2010.5.11.0009
0000729-41.2018.5.11.0009	0000805-70.2015.5.11.0009	0000870-41.2010.5.11.0009
0000918-82.2019.5.11.0009	0001027-72.2014.5.11.0009	0001153-83.2018.5.11.0009
0001237-84.2018.5.11.0009	0001403-58.2014.5.11.0009	0001509-59.2010.5.11.0009
0002104-48.2016.5.11.0009	0002363-19.2011.5.11.0009	0010498-49.2013.5.11.0009
0000913-31.2017.5.11.0009	0001045-93.2014.5.11.0009	0000034-24.2017.5.11.0009
0000266-65.2019.5.11.0009	0000315-43.2018.5.11.0009	0000411-87.2020.5.11.0009
0000718-41.2020.5.11.0009	0001616-59.2017.5.11.0009	0010859-66.2013.5.11.0009
0000882-16.2014.5.11.0009	0001582-31.2010.5.11.0009	0002262-06.2016.5.11.0009
3217600-68.2005.5.11.0009	0000036-91.2017.5.11.0009	0000151-05.2023.5.11.0009
0000420-44.2023.5.11.0009	0000743-83.2022.5.11.0009	2531700-06.2004.5.11.0009
0000915-25.2022.5.11.0009	0000573-48.2021.5.11.0009	0000827-21.2021.5.11.0009
0000450-95.2022.5.11.0015	0010037-77.2013.5.11.0009	0002527-47.2012.5.11.0009
0001310-27.2016.5.11.0009	0000959-49.2019.5.11.0009	

